

ÁREA DE DOWNLOADS

Sumário

Viagem Incompleta – A Experiência Brasileira – Formação: histórias

Idéias de Brasil	2
“Onde o Brasil?”	3
Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)	15

Viagem Incompleta – A Experiência Brasileira – Formação: histórias

Carlos Guilherme Mota

Introdução

O despotismo de certo país que conheço é açucarado e mole; mas por isso mesmo perigoso, por tirar todo nervo aos espíritos, e abastardar os corações.

José Bonifácio

I

Idéias de Brasil, eis a temática geral da obra que o leitor tem sob seus olhos.

Trata-se, aqui, de indagar, ao longo dos estudos e ensaios elaborados por especialistas convidados, dos sentidos da história do processo civilizador no Brasil. Procurando escapar dos modismos da pós-modernidade periférica e do convencionalismo, perquirem-se nestas páginas alguns significados de nossa formação e existência enquanto povo. De nossos modos de pensar e fazer história, enfim. Daí, o tom dominante dos escritos, em que os autores, de orientações intelectuais distintas, reconstroem processos e aspectos menos óbvios do passado, ao mesmo tempo que discutem com as historiografias clássica e contemporânea, exercitando a indagação interdisciplinar. Idéias de “Brasil”, vasto campo interdisciplinar, como “China”, “Espanha”, “Amazonas”. Ou – quão dessemelhante – como a triste “Bahia”.

A obra, planejada em dois volumes, abarca cinco séculos daquilo que se poderia denominar “experiência brasileira”. Um longo processo, inacabado como tudo em história, porém particularmente incompleto, se constatarmos que muito – quase tudo, conforme a perspectiva – ainda resta por fazer na *Terra Brasilis*, sobretudo no que se refere aos direitos e deveres da cidadania. Terra sobre a qual, num distante ano de 1986, um de seus poetas-cantores, Antônio Carlos Jobim, ao comentar o encerramento de um longo ciclo histórico-cultural iniciado com a Semana de 22, conclui: “No Brasil, o futuro já era”.

Os dois volumes, independentes, obedecem a um plano geral.

O primeiro volume, sob título geral de “Formação: histórias”, trata da gênese e consolidação de idéias de Brasil, desde os pródromos, primeiras viagens e projetos de uma “Nova Lusitânia” nos trópicos, até a articulação de uma ordem colonial escravista, alcançando, já no século

XIX, o período da descolonização e a formação de um “Brasil mestiço”. Longo processo pontilhado por insurreições, independência política e conflitos agudos, durante o qual se consolidou, na segunda metade do século, nos quadros do neocolonialismo, uma sociedade por assim dizer nacional. Uma sociedade em que se misturavam valores da velha ordem estamental-escravista com os novos valores da sociedade e classes emergente, que as obras emblemáticas de Gilberto Freire e Caio Prado Júnior traduziriam exemplarmente.

Os estudos e ensaios aqui incluídos procuram desvendar essas idéias de Brasil, orientadas no sentido da busca de um novo padrão social, de urbanização e de inserção na ordem internacional, bem como de uma moderna organização institucional, política e cultural.

O segundo volume é dedicado praticamente ao “longo” século XX, sob o título geral “A grande transação”. Nele, são tratadas as experiências de implantação de idéias republicanas e de conceitos contemporâneos de cultura e de Estado, com ênfase nas novas interpretações históricas, sociológicas, literárias sobre “nossas identidades”. Desde o “Brasil mestiço” dos intelectuais da Primeira República até os impasses da esquerda nas últimas quatro décadas, passando pelos projetos da ditadura civil-militar que nos avassalou no período de 1964 a 1984, deixando seqüelas estruturais e imensa dívida social, o leitor encontra nestas páginas elementos para uma visão renovada da história – ou melhor, histórias – dos embates, das produções intelectuais, impasses e resultados do que se poderia denominar pensamento brasileiro, na teoria e na prática.

II

“Onde o Brasil?”, perguntava num verso conhecido o poeta Carlos Drummond de Andrade.

Os estudos aqui reunidos foram elaborados no apagar de luzes do século XX. Século de descobertas e inovações, mas também de retrocessos e desencontros culturais, políticos, religiosos e econômicos, que se encerra numa profunda crise mundial de valores. Estes textos carregam o mal-estar de nosso tempo, o travo de nossa mal-ajambrada e improvável civilização que, à falta de melhor qualificação, se imagina “tropical”. E pensando nas tarefas que nos aguardam na elaboração de nossa cidadania nacional e internacional no século XXI, trazem eles indagações agônicas, dúvidas antigas. Como nos inserimos, quase sempre sem sucesso, no mundo contemporâneo? Na entrada de um novo século (e de um novo milênio, fato não despiciendo para historiadores), qual o motivo dessa sensação de estranha inatualidade cultural e política que atravessa nossa cultura? Sobre quais bases materiais e éticas construímos nossas auto-imagens coletivas e nossas utopias? Em suma, de que histórias/histórias/estórias está-se falando?

Numa visão atualizada, retoma-se aqui a experiência de *Brasil em perspectiva*, obra coletiva de 1968, que, hoje, com mais de vinte reedições, marcou várias gerações de historiadores, jornalistas, diplomatas, pesquisadores, estudantes e leitores em geral, por oferecer abordagens inovadoras da história do Brasil.

Agora, o objetivo se amplia. Até porque a historiografia brasileira se atualizou bastante, com obras tão estimulantes como as de José Murilo de Carvalho, Evaldo Cabral de Mello, João José Reis, Fernando A. Novais e tantos outros. Nos anos 70, a reedição ampliada de *Os donos do poder*, do jurista e historiador Raymundo Faoro, a continuação e aprofundamento crítico das obras de Florestan Fernandes e de Antônio Candido – três autores já consagrados que veriam suas biografias intelectuais intensificadas e politizadas no último quartel do século XX –, entre muitos outros, sugerem uma revitalização e ampliação notável dos estudos históricos entre nós, em busca da especificidade de nossa formação.

Com efeito, a pesquisa histórica adquiriu novos conteúdos, incorporando as experiências e descobertas de historiadores mais maduros, como Manuel Correia de Andrade, Francisco Iglésias, Luís Henrique Dias Tavares, Ernani Silva Bruno, Maria Yedda Linhares, José Honório Rodrigues.

Demais, a partir dos anos 50, tornaram-se fundamentais em nossa historiografia as produções de Stanley e Bárbara Stein, Charles R. Boxer, Richard Morse, Warren Dean, Joseph Love, Richard Graham, John Wirth, Thomas Skidmore, Leslie Bethell, Frédéric Mauro, Joaquim Barradas de Carvalho, para mencionarmos alguns intelectuais e pesquisadores de expressão. Impossível deixar de registrar o papel crítico e solidário que desempenharam na resistência à última ditadura.

III

Nesta viagem transecular, provocou-se evitar persistente visão linear e supostamente evolutiva da chamada história do Brasil. Não se retrocederá aqui, portanto, à discussão de “um” Descobrimento, apenas. A história do Brasil propriamente, na perspectiva do organizador, somente se afirmaria no período da independência, quando se esboça uma historiografia “brasileira”, delineando-se então, com maior nitidez, os embates em busca de um projeto para a futura nação. No período em que se processou a colonização portuguesa, diversas idéias de Brasil são procuradas ou revisitadas pelos autores destes estudos. Mas não trabalhamos, vale grifar, com a equivocada “História do Brasil Colonial”, que aliás não existe.

Nessa perspectiva, o Brasil passaria a existir somente após 1817-1831, mais ou menos, numa conflituosa, lenta, complicada estruturação política,, social, ideológica, econômica que ainda está por se esclarecer. Indicativa dessa situação é a coexistência de costumes, valores, economias, instituições e normas que se referem, na atualidade, a “dois Brasis”, ou muito mais, sugerindo as dificuldades de convivência ainda hoje – como percebeu Marx para outra época e contexto – de “estamentos pretéritos com classes futuras” nessa região de pesada herança colonial. No caso de nosso país, de remanescentes oligarquias imperiais e da Primeira República, relacionando-se com novas frações de classe já orientadas no sentido da construção de uma moderna sociedade capitalista, de contrato (ou, em menor escala, de uma ordem socialista e mesmo anarcossindicalista). Os desencontros de formações de temporalidades tão distintas tornaram-se dramáticos, provocando a sensação de desmobilização, de derrapagem permanente, de eterno recomeço. De inatualidade.

Numa região do planeta em que vários passados irresolvidos ainda se fazem presentes, a atuação de filhos de remanescentes coloniais, inquisitoriais, filipinas, joaninas, imperiais, patriarcais e outras sugere o quanto resta ainda a se percorrer nesta *Viagem incompleta*. Em verdade, neste “longo amanhecer” – a expressão é de Celso Furtado – da democracia contemporânea, muitas vezes o historiador vê-se obrigado a se transmutar em arqueólogo cultural, tantas são as camadas histórico-culturais socavadas nesse bloco, opaco e compacto, a que chamamos, para simplificar, de “sociedade brasileira”.

O momento atual, de crise internacional e nacional, torna-se particularmente propício para tais reflexões. Crise que se esclarece na confluência de duas ordens de acontecimentos, obviamente não dissociadas. A primeira, a dos acontecimentos que sinalizariam o colapso de uma série de mecanismos explicativos da História Contemporânea, dando a sensação de “fim de ciclo”, de “fim da história”, “fim das ideologias”. Com efeito, a queda do Muro de Berlim, as novas experiências da China, a desagregação da União Soviética, a unificação européia, as novas tecnologias revolucionando as comunicações e o renascimento de religiões fundamentalistas que abalaram os alicerces das interpretações históricas que definiam e aprisionavam os sentidos mais radicais da vida social, política, econômica e cultural contemporânea, obrigando os pesquisadores a dar maior atenção aos estudos de história para formular um conceito mais eficiente e efetivo de democracia. Nesse quadro, a hegemonia norte-americana e a globalização obrigam-nos a outra consideração histórico-histiógráfica, inclusive para se “re-situar” a trajetória do Brasil nessa nova era histórica, em que se revisita a própria idéia de América Latina. Hipóteses de criação de centros de estudos avançados e de pesquisas históricas voltam a preocupar governantes responsáveis e lideranças universitárias, a exemplo do que ocorreu em outros países em conjunturas de crise.

A segunda ordem de acontecimentos se refere à produção intelectual em (e sobre) nosso país. Com efeito, é surpreendente o florescimento de novas frentes historiográficas que, desde a última ditadura, vêm revelando inquietude discreta porém malcontida em páginas e páginas de teses, estudos, ensaios, documentários, CD-ROMs e artigos. Portanto, no mesmo passo em que a globalização impõe novos hábitos, atitudes e paradigmas para se pensar o presente como história e aprofundar-se a crítica da cultura, agudiza-se a consciência da necessidade de reconstrução histórico-cultural de nossas experiências coletivas e identidades. De nossos modos de viver e fazer a história.

Eis, portanto, nestes dois volumes, a resposta ao desafio que nos foi proposto pelos editores. Ao incorporarmos muitas das novas contribuições dessa historiografia que se consolida com todas as inquietações e impasses se nosso presente nesta obra, que enfeixa e mescla interpretações clássicas e inéditas sobre as ambíguas identidades do Brasil após 500 anos de história luso-brasileira e 180 anos de busca de vida independente, pensamos ter construído mais uma ponte para o futuro.

O Brasil – ou o conjunto de experiências coletivas a que generosa e espaçosamente denominamos “Brasil” – chega ao século XXI ostentando uma série de indicadores sociais, econômicos e sobretudo *culturais* – incluem-se aqui a saúde, a educação e a habitação – que não permitem entendê-lo como país moderno. Não se trata apenas de lugar-comum dizer-se, como nos anos 40-60, que o peso do passado colonial ainda está presente nos impedimentos e resistências aos esforços para se constituir a *nova sociedade civil* democrática. Nesta terra, as estruturas político-administrativas, os quadros mentais e culturais aprimorados nos períodos imperial e republicano parecem reforçar o peso conservador e específico dessa história, mais que oferecer elementos para o arranque em direção à contemporaneidade. Porque, de fato, no Brasil, estamos em dívida com a História Contemporânea, como nos dizem reiteradamente os vigilantes professores Eric Hobsbawm, Alain Touraine, Ignacy Sachs, Stanley Stein, entre outros.

Tentar desvendar e traduzir em linguagem renovada os mecanismos que geram as múltiplas ambigüidades que confundem em nosso país os espaços público e privado, medir a assustadora distância entre o atraso e a modernidade (em várias dimensões, desde os direitos mínimos de cidadania até educação superior, acesso às novas tecnologias, formas de participação social em empresas urbanas e rurais, em sindicatos, na justiça do trabalho, etc.), não pode prescindir da discussão renovada sobre nosso passado coletivo. Sem tais discussões e análises torna-se ínvia a construção do futuro.

Dilacerados entre formas agudas de provincianismo retrógrado e de cosmopolitismo elitista acendrado, nossa "vocação" latino-americanista, também não por acaso, demora a se afirmar. Sair desse impasse, nutrido por um déficit histórico estrutural, e procurar responder às demandas de nosso tempo, eis a tarefa a que se propõem os pesquisadores, professores, diplomatas, juristas e historiadores que comparecem nessa publica o.

Tais estudiosos, escolhidos dentre gera es, teorias e institui es distintas, possuem experiência reconhecida, o que permite esperar-se de seus trabalhos algum efeito duradouro nos estudos históricos entre nós. A já longínqua experiência do *Brasil em perspectiva*, livro coletivo da "génération qui monte" – como Frédéric Mauro registrou na revista *Annales*, de Braudel – publicado em 1968 por Paul Monteil e prefaciado pelo saudoso professor João Cruz Costa, permite supor não ser impossível alcançarmos o objetivo nesta nova e desafiadora empreitada. Qual seja a de auxiliar na renova o dos estudos históricos e na compreensão de nosso complexo país.

IV

No primeiro volume, *Forma o: histórias*, examinam-se algumas idéias mais remotas de Brasil até a consolida o de uma sociedade por assim dizer nacional, "mestiça", já na passagem da monarquia   república.

Abre o volume estudo inquietante do professor Aziz Ab'Sáber. Procura ele estimular a reflexão do leitor sobre movimentos ancestrais de gentes no espaço no qual viria a se formar o conjunto a que hoje denomina-se "sociedade brasileira". Ou seja, tenta-se por meio do referido estudo rastrear as vicissitudes de grupos que, ao longo de mil nios, se deslocaram para este subcontinente, dando origem ao chamado *gentio*, isto  , aos habitantes que, aqui, futuro espaço "brasileiro", foram "descobertos" pelos europeus e logo expostos   pedagogia da sujei o.

Enfrentando a complexidade do tema, relativizam-se aqui, radicalmente, as questões de espaço/tempo e de forma o étnica das sociedades plurais dessas partes do planeta, sugerindo-se a abertura de uma abordagem propriamente geo-histórica e civilizacional, em busca de insuspeitada e pol mica histórica, numa *tr s longue durée*. Até porque a geografia humana  , certamente, a mais ancestral das disciplinas históricas.

Nestes estudos, entretanto, não nos detivemos no tema das "origens". Preferiu-se adotar a no o de "g nese", na senda dos historiadores Jorge Couto, István Jancsó e de outros. Como ponto de partida comum, sugeriu-se aos autores acompanharem desde logo idéias, hipóteses e projetos de *Brasil*, termo a um só tempo vago e concreto, qual "novo objeto" para a velha História das Mentalidades e das representa es mentais...

“Brasil”, palavra com dimensão geográfica, histórica, social, pinturesca e mitológica, tornou-se com efeito tema de representações mentais fortíssimas, incorporando sons, cores e valores a um só tempo carregados e animadores de um imaginário específico, relacionado a modos de ser, pensar, agir. Específico e, por assim dizer, fabricado, adensado e razoavelmente auto-referido a partir do primeiro quartel do século XIX. Nos quadros de neocolonialismo – onde se torna impossível distinguir “causas” de “efeitos”, visto que o colonialismo é um sistema – delinearam-se *formas próprias de pensamento*, que, com flutuações de época, polarizam e incandescem de tempos em tempos a sensibilidade de intérpretes, ideólogos, “explicadores do Brasil” em busca de “nossas” raízes, de “nosso caráter”, e assim por diante.

Como se constata, a história estava no lugar, embora muitos personagens teimassem em viver fora de foco, temerosos do haitianismo que poderia incendiar as lavouras e as almas com as fagulhas da revolução de Toussaint-Louverture. Velha história, essa. Numa visão que a licença poética permite, o Haiti poderia ter sido aqui, região colonial e neocolonial em que a grande lavoura e suas elites continuavam a requerer braços de escravos negros, não sem resistência e levantes. Tema que hoje persiste, nessas ambigüidades e tensões mal-resolvidas (“brancos quase negros, mulatos quase brancos”), nas questões da propriedade, das relações de trabalho e da utópica sociedade capitalista, de “contrato” (entre aspas), frouxamente equacionadas.[]

“Brasil”, representação mental que, em contrapartida, atizaria a vigilância e animaria a mordacidade dos críticos da cultura contemporânea e das ideologias nacionais, desde Lima Barreto a Dante Moreira Leite, autor do provocativo *Caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*.

“Onde o Brasil?”. Idéias de “Brasil” deitam suas raízes no universo medieval anglo-saxônico, ganhando diminuto espaço em Tordesilhas, também no Monte Brasil dos Açores, adquirindo então concretude no “fino brasil” de Duarte Pacheco Pereira, autor de *Esmeraldo de Situ Orbis*, personagem renascentista e provável achador (se é que houve um) das terras da América do Sul em 1498. Companheiro de viagem de Cabral em 1500, sua biografia ganhou nova dimensão e sentido com a tese do professor Joaquim Barradas de Carvalho, que viveu exilado entre nós nos anos 60. Tese publicada em 1983 pela Fundação Calouste Gulbenkian em livro apresentado por Fernand Braudel, da École des Hautes Études, e prefaciado por Pierre Chaunu, da Sorbonne, sob o título *À la recherche de la spécificité de la renaissance portugaise*, merece ser revisitada no dealbar deste novo século.

Interessa notar, ainda, que a inserção do Novo Mundo na geopolítica e economia da Modernidade provocaria elaborações notáveis, como testemunham as obras de religiosos e colonizadores da Nova Lusitânia. Visões do Paraíso foram alimentadas a cada passo, num intenso processo de motivações que Sérgio Buarque de Holanda inventariou em obra clássica. Franceses, como o protestante calvinista Jean de Léry, e holandeses, dentre os quais incluem-se o príncipe de Nassau e o pintor Frans Post, também ajudariam a delinear o perfil do novo mundo, ao lado de modernos cientistas da natureza e outros observadores.

Essa idéia de Brasil, mais elaborada e localizada no espaço, atormentaria no século XVII o poeta Gregório de Matos Guerra na Bahia, quando lançou o verso contundente: “Que me quer o Brasil que me persegue?”.

Neste verso-pergunta que ainda ressoa no ar talvez resida o fulcro de nosso projeto coletivo, e a razão que move os autores destes estudos e ensaios. Estudar a história mas também procurar entender as “maneiras pelas quais os homens percepcionavam a história vivida”, como propôs Vitorino Magalhães Godinho, o principal estudioso da expansão portuguesa, constitui outra das intenções destes capítulos. Em 1970, preocupado com a “situação colonial” de nossos povos, advertia ele: “nesse emaranhado de raízes está o cerne das resistências que hoje [portugueses e brasileiros] temos de vencer se não queremos apenas sobreviver como museus de resolutas eras mas sim afirmamo-nos pela capacidade de construir um mundo em perpétua mudança...”.

No arco do tempo, percorre-se neste primeiro volume desde as primeiras experiências da Nova Lusitânia, revisitada superiormente por Evaldo Cabral de Mello, até a constituição, já no fim do século XIX, de um “Brasil mestiço”, sob a lente da crítica de Roberto Ventura. No percurso de quatro séculos, examinam-se os diversos conceitos de “povo”, de colonização e descolonização, resistência negra, de identidade, na interpretação dos escritos críticos de Stuart B. Schwartz, István Jancsó e João Paulo Pimenta, de Kenneth Maxwell, Carlos Guilherme Mota, João José Reis, Karen M. Lisboa, Francisco Alambert.

Como se sabe, idéias de Brasil afirmam-se já no século XVII, no período em que a colônia portuguesa esteve sob o domínio habsburgo (1580-1640), quando segmentos das elites que habitavam estas partes passam a refletir sobre os significados de suas próprias experiências e modos de povoar o continente. Dir-se-ia que o Brasil começa a se descobrir Brasil. A corte portuguesa, ocupada com os problemas de sua sobrevivência na Europa, descurou de sua ação colonial durante a União Ibérica, permitindo a emergência de outros interesses e visões no Mundo Novo. Note-se que a idéia de Brasil do governante holandês, o príncipe Maurício de Nassau, ampliava surpreendentemente a discussão sobre o que seria o Brasil, inaugurando possibilidades outras para a definição de uma sociedade nova no mundo tropical.

Naquele século, mais notáveis entretanto seriam a ação e o trabalho escrito do padre Antônio Vieira, que dariam projeção e sentido ao Brasil nos quadros da Modernidade. Difícil imaginar a produção, posteriormente, de uma obra como a do jesuíta toscano Antonil, autor de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), em que descreve com rigor a estrutura e funcionamento da açucarocracia, indicando sua natureza, significado e dimensão internacional. Esses homens pensadores e de ação, ao lado do professor Luís dos Santos Vilhena, autor de *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, escrita no fim do século XVIII em Salvador, homem ilustrado para quem não era “das menores desgraças o viver em colônias”, desenharam uma idéia geral de Brasil mais nítida e, ao mesmo tempo, intensamente problemática.

Após diversos conflitos, inconfidências e conspirações que marcaram o século XVIII, além do impacto da ação antijesuítica severa do marquês de Pombal na colônia, alcança-se o século XIX com uma idéia mais abrangente e universal do que pudesse vir a ser essa entidade abstrata denominada “Brasil”. Nas linhas da Ilustração europeia, dos planos reacionários da Restauração ou dos projetos dos liberais anglo-saxônicos, o Brasil – e a “South America” – passa a ter seu lugar histórico bem localizado no sistema mundial de dependências. De fato, a grande insurreição nordestina de 1817 – a chamada “Revolução Pernambucana” de 6 de março – daria o toque de despertar para uma série de movimentos sociais de porte que sinalizaram o processo de descolonização a que se assistiu na primeira metade do século XIX, culminando com a Revolução Praieira (1848), ponto de inflexão no século XIX brasileiro.

As lutas pela independência, a despeito do caráter regional ou mesmo local da maior parte delas, inscreveram-se em movimentos e vagas revolucionárias internacionais, todas possuindo forte significado social, econômico e político, expresso na defesa da liberdade de comércio, na limitação do poder absoluto dos reis, na abertura de frentes e formas inovadoras de informação e instrução, e assim por diante.

A identidade nacional passaria, desde então, a ser tema constante nas pautas revolucionárias, aqui como alhures. A “formação das almas”, para utilizarmos a expressão do historiador José Murilo de Carvalho, requereu a costura metódica do conceito de *nacionalidade*, num figurino que pressupunha a sucessão de elites educadas que dele se alimentavam, ao mesmo tempo que o reproduziram indefinidamente. Numa história estrutural prefigurada, com pequenos ajustes às novas necessidades, contextos e modas, dele se utilizaram às vezes como utopia, embora mais freqüentemente como ideologia.

Nessa história ocorreram entretanto algumas poucas rupturas. A principal delas foi a da Independência, não por acaso denominada “Revolução” pelo historiador Caio Prado Júnior. Ao longo do processo de descolonização, desde a insurreição de 1817 até a proclamação da república em 1889, plasmaram-se algumas matrizes de pensamento que definiriam as pautas pelas quais se regeriam a vida política, econômico-administrativa e a organização da sociedade pós-colonial. Idéias de Brasil adquiririam nova dimensão histórica, cultural, geográfica, social e política com o santista José Bonifácio, estadista da independência, homem da Ilustração e fundador da política externa brasileira. Com ele, mas também com oponentes a seu projeto de nação, como Cipriano Barata e o padre Diogo Antônio Feijó (ex-deputados às cortes de Lisboa), ou o jornalista Evaristo da Veiga, um dos líderes do 7 de abril de 1831, “nossa identidade” coletiva se delineava. Identidade a ser alcançada, imaginava Bonifácio, por meio de uma ação política mais abrangente e cosmopolita:

Como o Brasil começava a civilizar-se no século XIX, deve chamar e acolher todos os estrangeiros que lhe podem servir de mestres no ramo da instrução, e economia pública: deve não querer ser original, mas imitador por ora, apropriando-se das outras nações o que convém melhor à situação política, e física.¹

O leitor notará que, nessa riquíssima viagem histórica, cultural, política e social a que por vezes denominamos “nossa formação”, processo mais marcado por continuidades, do que por rupturas significativas, processo dramaticamente inacabado, privilegiaram-se certos momentos, contextos e situações. Até porque a tal idéia de *formação* repontou em diferentes períodos e fases do longo processo de ocupação e usos sociais do espaço que se foi definindo, tanto do ponto de vista geopolítico como lingüístico-cultural, como “Brasil”. Tal foi o caso do Primeiro Reinado (1822-1831), do Período Regencial (1831-1840) ou da República Nova (1930-1937). Conhecem-se melhor, hoje em dia, as múltiplas características, os variados modos de pensar e as contraditórias diretivas histórico-culturais desses diferentes “Brasis” que se foram tornando “Brasil”. Sinalizações e diretivas por vezes até antagônicas que, em casos raros, transformaram-se em *teorias* do Brasil, alimentando as linhas de força de um (“para dizer assim”, na expressão andradina) pensamento brasileiro. Pensamento, ou formas de pensamento específicas que um analista agudo como Michel Debrun – autor de Conciliação e outras estratégias – chegaria até a sistematizar em “arquétipos”. Todavia, o conjunto dessas teorias, articuladas numa possível história, pressupõe um rastreamento rigoroso, o mapeamento das escolhas, tendências, individualidades, que ainda está por fazer, cobrindo desde o campo político-econômico ao educacional e filosófico. Uma História do Pensamento Brasileiro, portanto, seria o convite a uma outra viagem, menos incompleta.

¹ José Bonifácio de Andrada e Silva, *Projetos para o Brasil, organização de Miriam Dolhnikoff (São Paulo: Companhia das Letras, 1998), p.173.*

Ao longo do percurso, alguns temas e problemas repontam e persistem. Quem era o “povo” nessas partes do Novo Mundo, “a gente da terra braziliense da nação”? como se forma a nação, encaixada no aparelho de Estado complexo e pesado, transplantado e remodelado durante o período colonial? Qual o significado da descolonização a que se assiste na passagem do século XVIII ao XIX? Como se construiu esse “Brasil mestiço”, com suas ideologias culturais e realidades étnicas? Como se cristalizaram as decantadas “heranças coloniais”, que seriam objeto de críticas, histórias e atualizações por parte dos “redescobridores” do Brasil nos anos 30 (Freire, Buarque, Caio, Bonfim, Mário, Milliet, Rubens Borba, Câmara Cascudo) e dos economistas, cientistas políticos, sociólogos e historiadores dos anos 50 (Furtado, Candido, Faoro, Sodré, José Honório, Florestan, Bastide)? O quadro se torna mais rico e complexo quando nos lembramos do papel desempenhado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e por revistas como *Anhembi* (de Paulo Duarte) e *Revista Brasiliense* (de Caio Prado Júnior) e, depois, pela *Revista Civilização Brasileira* (de Ênio Silveira e Moacir Félix) e *Tempo Brasileiro* (de Eduardo Portela).

É de notar, entretanto, que, no século XX, os educadores-fundadores da Escola Nova centralizariam nos anos 30 uma notável rede de intérpretes do Brasil, com figuras estelares como Anísio Teixeira, o sociólogo Fernando de Azevedo (um dos criadores da Universidade de São Paulo), o geógrafo Delgado de Carvalho (cujos atlas e mapas desenhariam em nosso imaginário o lugar do “espaço brasileiro” no mundo), o sociólogo Gilberto Freire (que inventaria um povo mestiço para a nova nação), o compositor e musicólogo Heitor Villa-Lobos (que uniria a dimensão erudita à produção popular, disseminando uma certa visão de Brasil por meio dos corais e cantos orfeônicos), o urbanista Lúcio Costa, responsável por um novo conceito de cidade, além de Rodrigo Melo Franco de Andrade, na definição de um conceito nacional de patrimônio histórico. Nesse grupo, ao qual se associava Mário de Andrade, inscreve-se a figura ímpar de Carlos Drummond de Andrade, homem de ação e poesia. Fora dessa constelação, na esquerda, muitos intelectuais se afirmariam, como Astrojildo Pereira, Otávio Brandão e Mário Pedrosa. Na direita, as idéias fortes de Oliveira Viana marcariam o debate na primeira metade do século XX, provocando até mesmo a crítica de Gilberto Freire e José Honório Rodrigues.

Tal conjunto de intelectuais, de quadrantes diversos, fixaria em definitivo a idéia de Brasil contemporâneo. Nesse contexto, afirmou-se a noção de “Cultura Brasileira”, ou seja, de uma ideologia que, com o passar do tempo, se consolidaria como a viga mestra de todo um sistema político-cultural de longa duração.

Neste mesmo passo, recorde-se que, ainda nos anos 50 uma “terceira via” já era procurada. Com a aceleração do processo histórico mundial – da qual o Congresso de Bandung em 1955 foi apenas um sinal –, idéias e projetos inovadores de Brasil se desenvolveram e expandiram.

Em busca de uma política externa independente de Washington, setores da *intelligentsia* brasileira começariam a se descobrir terceiro-mundistas.

A essa altura, uma curiosa mitologia dos “dois Brasis”, a de Jacques Lambert, também se difundiria nos meios acadêmicos e políticos, inaugurando a visão dualista na História do Brasil, empobrecendo a interpretação euclidiana: o país “atrasado”, pensavam Lambert e os dualistas, retardava a “integração” do Brasil “moderno” na contemporaneidade. Sem maiores considerações de ordem histórica ou civilizacional, capitalistas e neocapitalistas coordenaram então esforços para romper com o atraso a partir de um esperado *take off* do capitalismo no Brasil: para isso, o economista norte-americano Walt Whitman Rostow circulava em vôos rasantes pela América Latina ensinando as fórmulas da redenção a empresários e militares bisonhos. Nesse contexto, a CEPAL e as idéias de Raul Prebisch eram sinônimos de modernidade.

Transitava-se então, na expressão do professor Antonio Candido, da consciência amena de atraso para a consciência de “país subdesenvolvido”. Aos segmentos radicalizados das elites urbanas progressistas apresentava-se então a alternativa clássica que a História costuma apresentar aos povos: reforma ou revolução. Ao lado das Ligas Camponesas, das lutas da pequena burguesia urbana por reformas de base, de uma educação democrática e da implantação da cultura do subdesenvolvimento, encontrou-se uma fórmula curiosa, quase uma contrapartida do realismo mágico da literatura latino-americana daquela época. Com efeito, os ideólogos do reformismo desenvolvimentista, somando seus esforços às lideranças intelectuais de esquerda, preocupadas com a “superação do subdesenvolvimento” a qualquer preço, fabricaram nos anos 60 as discutidas, e em geral bem aceitas, teorias da dependência. Uma outra idéias de Brasil despontava, assim, nos horizontes da esquerda, nos “quadros do capitalismo associado e dependente”. O problema, entretanto, como escreveria Florestan Fernandes em 1981 é que “não enfrentamos como e enquanto tal a questão da descolonização”...

Se algumas dessas visões de Brasil desapareceram, outras porém prosperaram, transformando-se em projetos e políticas públicas, fundamentando três possibilidades históricas então esboçadas. A primeira, a de implantação de uma ordem republicana reformista-desenvolvimentista e “modernizadora” (no sentido dos anos 50-60), integrada ao novo capitalismo ocidental; a segunda, de uma república socialista-sindicalista mobilizadora, condutora de um projeto amplo de reformas de base, com destacada participação do país no plano internacional por meio de uma política externa independente; e, finalmente, a terceira, uma hipotética república socialista de base popular operário-camponesa, com adesão e apoio de setores da pequena burguesia progressista radicalizada.

O golpe civil-militar de 1964, com as teorias da contra-revolução preventiva, viria realinhar o Brasil nos quadros da Guerra Fria, revelando a natureza e o sentido profundos desta história, condicionada por um modelo histórico-social de cunho fortemente autoritário, com implicações político-culturais de longa duração. Explicitava-se, dessa forma, o *modelo autocrático-*

burguês, principal personagem de nossa história, desvendado nos anos 70 pelo professor Florestan Fernandes em sua obra clássica *A revolução burguesa no Brasil*, de inquietante atualidade.

VI

Para concluir, convém evitar o tom finalista, pois, a despeito de certas determinações dos processos de articulação dos sistemas coloniais da História Moderna, as possibilidades históricas de cada época se inscreviam e se inscrevem inescapavelmente nas estruturas de amplos conjuntos de variáveis e sistemas de valores. De civilizações enfim, para utilizarmos o velho conceito, cujos códigos mais profundos cumpre aos historiadores ir desvendando. Grande desafio, este, a que muitos leitores e estudiosos, amantes da pesquisa inspirados no velho Lucien Febvre, por Johan Huizinga e outros mestres ainda se obstinam em cultivar, sob o rótulo generoso, amarelecido pelo tempo, de História das Mentalidades.

Finalmente, cinco séculos de História podem representar muito, considerada a História das civilizações americanas, sobretudo no que diz respeito à experiência particular afro-luso-brasileira. Experiência de uma cultura já miscigenada na Península Ibérica, que viria a predominar nessas partes do globo, gerando interpretações inéditas, muito difundidas e discutíveis sobre a "adaptabilidade" dos portugueses nos trópicos, e que marcariam fundamentalmente o pensamento no Brasil no século XX.

Cinco séculos que permitem, na *longue durée*, indagar no sentido ou sentidos das Histórias plurais de nossas formações histórico-ideológicas, apontando para uma revisão profunda de nossa historiografia. Seja na vertente dos encontros e desencontros de civilizações autóctones e forâneas, seja na reafirmação de uma história "dos de baixo", um outro horizonte se apresenta. Pois, na feitura dessa outra História, em contraposição à história dos brancos frei Vicente do Salvador até Varnhagen e Pedro Calmon, começam a surgir as sagas anônimas dos "índios", dos escravos negros e dos negros livres, dos pés descalços, das mulheres, dos idosos, das crianças, dos excluídos em geral. E, para além de todos, essa categoria imensa e silenciosa, nada obstante muito real: a dos sem-história.

Para terminar, quero me referir à atualidade de incontáveis formulações que indicam a existência de consciências críticas e muito agudas ao longo de toda nossa História. Ainda reboam no ar as palavras como as de frei Joaquim do Amor Divino, o Caneca, publicadas no *Tiphys Pernambucano* a 15 de janeiro de 1824, poucos meses antes de sua prisão e fuzilamento:

E quando teremos constituição feita pela Nação? Nunca, nunca, nunca. E que Império então vem a ser o Brasil? Império projetado, e não Império constituído, e por isso nunca império. E um império tal em que ordem deve ser colocado entre as potências? Será uma potência de primeira ordem? Será de segunda? Nem de uma, nem de outra ordem. Será potência nullius diocoeseos, porque até hoje é incógnita a ordem das potências projetadas.

I

Na primeira metade do século XIX, plasmam-se novas idéias de Brasil no mundo luso-afro-brasileiro, na Europa, nas Américas do Norte e do Sul. Sem unidade constitucional ou cultural consolidada, sem ter resolvido, ou sequer equacionado, alguns de seus problemas básicos, posto que não era uma nação, o Brasil emerge em 1822-1823 como entidade política no cenário internacional.

Sufocado pelo clima político-ideológico da Restauração antibonapartista, mas já no compasso das revoluções liberais que varreriam o mundo a partir de 1820, o processo de descolonização no Brasil ganha alento até 1848, na maré montante da revolução ocidental, com foco na república dos Estados Unidos e em algumas capitais européias. Desenredando-se das malhas da Santa Aliança, tem início, naqueles anos decisivos, a longa caminhada do novo e malformado país-continente na busca, marcada por avanços e recuos, de uma identidade propriamente *nacional*.¹

Carregando um passado de três séculos de escravidão e pesada tradição clerical de base jesuítica, os desafios da contemporaneidade se impunham às suas lideranças, primeiro ilustradas, dentre elas José Bonifácio e irmãos, e depois revolucionárias liberais, como Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Idéias de "Brasil" se adensaram naquele período decisivo compreendido aproximadamente entre 1817 e 1850, quando se consolidaram estruturas de dominação da sociedade estamental-escravista e se adaptaram teorias sociais e culturais que embasariam o nascente modelo autocrático-burguês. Modelo que definiria o padrão civilizatório consolidado ao longo do processo de formação econômico-social e político-cultural que marcaria os dois séculos seguintes.²

Delinearam-se então, mais nitidamente, formas de sociabilidade, de sensibilidade e dominação, de auto-explicação histórico-geográfico-cultural, assim como ideologias e modos de pensar que caracterizariam o perfil dessa entidade político-institucional abstrata denominada "Brasil". Nação à qual deveria corresponder, à semelhança de outros Estados nacionais, uma "sociedade" mais ou menos homogênea, a sociedade "brasileira". No processo, pontilhado de conflitos, insurreições, golpes e acomodações, forjou-se a "nacionalidade" como categoria histórica e, não menos importante, como ideologia política e cultural.

1 Para a discussão do conceito de nação e nacionalismo, ver Eric J. Hobsbawn, Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990), especialmente o capítulo "A nação como novidade: da revolução ao liberalismo".

*2 Para uma compreensão desse processo, ver, de Florestan Fernandes, A revolução burguesa no Brasil (Rio de Janeiro: Zahar, 1975) e Circuito fechado (São Paulo: Hucitec, 1976), especialmente o capítulo 1, "A sociedade escravista no Brasil". Ver também de Barbara e Stanley J. Stein, Colonial Heritage in Latin America (Nova York: Oxford University Press, 1970), especialmente o capítulo V (edição brasileira, pela Paz e Terra). Sobre essas "outras" idéias de Brasil, o historiador João José dos Reis vem oferecendo interpretações inovadoras desde 1982, sobretudo a partir de seu estudo *Rebelião escrava no Brasil*. Ver também a importante coletânea, J. J. Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo: Brasiliense/CNPQ, 1988).*

A denominada Revolução da Independência foi o ponto de partida para a construção de um sistema ideológico consistente, tendo como pilar a idéia de nação, alimentada pela elaboração contínua de *uma História nacional* e, portanto, de *uma* historiografia que a cultivasse. Historiografia que se definiria e adensaria na vertente que vem de Abreu Lima, Constâncio, Oliveira Lima, Capistrano, Caio Prado Junior (sobretudo em suas obras *Evolução política do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*), até o manual *História do Brasil*, de Otávio Tarquínio de Souza em co-autoria com Sérgio Buarque de Holanda, alcançando o estudo de Nelson Werneck Sodré, *As razões da Independência*. E se desdobrando, mais recentemente, na obra de Honório Rodrigues, *Revolução e contra-revolução da Independência*.³

Naquele contexto preciso, tinha início a *História do Brasil*. Apuram-se, então, algumas matrizes e formas de pensamento, modos de ser e tipos de comportamento social e político que passariam a ser progressivamente identificados como "nacionais". Ou seja, de produções "naturais" e identificadoras da nação emergente, com seus modos de pensar, estilos de comportamento, apropriação e usos do espaço que tipificaram o sistema social específico que se implantou naqueles anos decisivos de formação do Brasil contemporâneo.

A vaga revolucionária liberal de 1820 é o pano de fundo da Independência política de 1822-1823, que se desdobraria, completando-se, no bojo de outra vaga revolucionária internacional, também liberal e nacional, a das revoluções de 1830. Com efeito, 07 de abril de 1831, quando Pedro I é forçado a abdicar, torna-se uma data revolucionária nessa periodização, ao assinalar também uma mudança de mentalidade. Da consciência amarga, individual, do "viver em colônias", descrito na Bahia pelo professor Luís dos Santos Vilhena em 1801, o autor de *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, ao sentimento coletivo de "viver em nação independente", após 1822, e sobretudo após 1831, passou-se nessas partes da América do Sul por experiência histórica de grande profundidade, suas reverberações chegando aos nossos dias.

De fato, as manifestações envolviam coletividades maiores, com atuação da imprensa e surgimento de partidos ou facções. Quando o movimento liberal-nacional de 1831 eclodiu no Rio de Janeiro, mobilizaram-se cerca de 600 cidadãos armados em 30 de março. A data da insurreição da tropa (comandada pelos irmãos Lima e Silva) e da manifestação popular no Campo de Santana contra o monarca fora marcada para o dia 6 de abril e, na véspera da abdicação, "entre meio-dia e três horas da tarde tinham afluído ao Campo de Santana cerca de duas mil pessoas. Às cinco esse número dobrara".⁴

3 A meu ver, a obra que representa a culminância dessa linhagem, sintetizando a referida teoria da História do Brasil que tem origem na Independência, é de Manuel de Oliveira Lima, Formação histórica da nacionalidade brasileira (Rio de Janeiro: Leitura, 1944), com prefácios de Gilberto Freire, M. Martinenche e José Veríssimo. Em José Honório Rodrigues, Independência: revolução e contra-revolução (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975), 5 vols., o leitor poderá encontrar uma vasta gama de informações. Ver, do mesmo autor, na coletânea Ensaios livres, publicada postumamente por Leda Boechat Rodrigues (São Paulo: Imaginário, 1991, prefácio de Carlos G. Mota), o estudo "O parlamentarismo no Brasil e seu retorno".

4 Ver a descrição desses acontecimentos em Otávio Tarquínio de Souza, Evaristo da Veiga (Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988) pp. 94-5 (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil).

Naquela encruzilhada histórica, emergiram com vigor as temáticas da independência / dependência, das formas de inserção do Brasil no sistema internacional, do modelo político ideal, da construção da sociedade civil – particularmente no tocante à questão dos escravos, dos índios, do contrato de trabalho e da propriedade –, do sistema educacional e, enfim, da identidade cultural. Alguns princípios que deveriam reger a sociedade nacional a ser construída surgiam explícitos nas mentes das principais lideranças reformistas ou revolucionárias, a começar pelo monarquista-constitucional José Bonifácio, crítico do escravismo:

A sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens. Mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem, e o que é pior, dos filhos deste homem, e dos filhos destes filhos?⁵

5 "A propriedade foi sancionada para o bem de todos", advertia mais adiante o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva, em sua "Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura", em Projetos para o Brasil, organização de Miriam Dolhnikoff (São Paulo: Companhia das Letras, 1998), p. 60. Sobre a questão social, ver a síntese de seu pensamento em nosso estudo, incluído em Lourenço Dantas Mota (org.), Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico (São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999). Ver também as sínteses dos pensamentos de Nabuco, Euclides, Capistrano, Freire, Buarque, Caio, Faoro, Antonio Candido, José Honório e Florestan, citados no presente capítulo.

6 Ibid., p. 250, "Avulsos".

7 José Bonifácio, "Todo governo em revolução só faz descontentes", em Projetos para o Brasil, cit., pp. 208-209,. As citações de Evaristo acham-se na Aurora Fluminense, n. 276, de 9 de dezembro de 1829; n. 470, de 11 de abril de 1831; n. 477, de 27 de abril de 1831, respectivamente. Ver Otávio Tarquínio de Souza, capítulos III, IV e V, em Evaristo da Veiga, cit. Como se sabe, de 1823 a 1841 ocorreram várias deportações.

Entretanto, naquela conjuntura, o que se consolidou foi um certo tipo de imaginário e de consciência propriamente nacional – bem com uma determinada idéia de Brasil – marcadamente conservadores, que o próprio patriarca já criticava: "O despotismo de certo país que conheço é açucarado e mole; mas por isso mesmo perigoso, por tirar todo nervo aos espíritos, e abastardar corações".⁶

A revolução e a contra-revolução da Independência, se consideradas em seu resultado geral, confluíram num processo reformista, de acomodação entre as províncias e elites de variada extração, os estamentos senhoriais e as classes comerciais, num processo que desembocaria na Conciliação de meados do século, garantidora da inviável "paz" do Segundo Império e da ordem escravista. Se José Bonifácio julgava que, "sem muito sangue, a democracia brasileira que se possa estabelecer, nunca se estabelecerá senão quando passar à aristocracia republicana, ou governos dos sábios e honrados", seu antagonista o jornalista Evaristo da Veiga, outra figura dominante no cenário político e cultural da primeira metade do século XIX, definiria o ponto "ideal" desse processo:

Nada de jacobinismo de qualquer cor que seja. Nada de excessos. A linha está traçada – é a da Constituição. Tornar prática a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberais [...] do dia 7 de abril de 1831 começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos Brasileiros, e livre [...] os homens sejam colocados dentro do quadro das doutrinas; sejam exemplos da regra e não a regra deles mesmos; é então que seremos livres e dignos de rivalizar com os nossos conterrâneos e primogênitos da liberdade americana – os cidadãos dos Estados Unidos.⁷

Em meio a intensa internacionalização, conflitos, negociações, aquarelas e sonetos, tratados descritivos e tratados urbanísticos, além de ensaios, faturas de pagamentos, exílios e sensibilidades desencontradas, desenharam-se variadas idéias de Brasil, que iriam caracterizar as *formas de pensamento* do que comumente, nos embates políticos sobretudo, se denominava “nação”.

Com a descolonização e a Independência, o Brasil integrava-se no concerto das nações. As três vagas revolucionárias européias de 1820, de 1830 (“o sol de julho”) e de 1848 (“a primavera dos povos”) mudariam a fisionomia do mundo. Na vaga liberal de 1820, a primeira sublevação eclodiu na Alemanha, sobretudo nos meios universitários, teve caráter constitucionalista e foi prontamente reprimida por Metternich. Na Espanha, militares de Cádiz, organizados para combater os colonos revolucionários da América espanhola, sublevam-se em janeiro de 1820 sob o comando do tenente-coronel Riego, obrigando o rei Fernando VII a restabelecer a Constituição de 1812. Em Nápoles, em julho de 1820, os “carbonários”, sob o comando de Pepe, obrigaram o rei Ferdinando I a submeter-se a uma Constituição; em 1821, no Piemonte, o movimento carbonário impõe uma constituição, logo reprimidos todos pelas forças austríacas, restabelecendo-se o poder absoluto. Na França, em fevereiro de 1820, o duque de Berry, sobrinho do rei, é assassinado, e o movimento da “Charbonnerie” se estende a Saumur, Belfort, Thouars e Colmar. Também na Rússia, com a morte do czar Alexandre I, houve tentativa fracassada de se implantar um regime constitucional (insurreição decabrista, 1825).

A Europa absolutista do *Ancien Régime*, representada por Metternich e o czar, atemorizada com esses movimentos liberais, aos quais se somam as revoltas nacionais na Grécia e nas colônias ibéricas na América, crê assistir a um “complô jacobino”, com foco em Paris.⁸

Nesses embates entre revolução e restauração, o Brasil nasce alinhado com os movimentos contemporâneos. A problemática de “nossa identidade”, de “nossa nacionalidade” encontra sua raiz nessa determinada conjuntura histórica internacional e num contexto sociocultural específico. Não procuramos aqui “enunciar uma verdade histórica válida para todos e que seria tão absurda quanto imaginária”, como adverte Marc Ferro. Quando muito, esboça-se um esforço para reconstruir algumas das determinações desse passado tal como foi vivido e percebido por essa sociedade que começava a se pensar “brasileira”. Não por acaso o mais fecundo historiador brasileiro do século XX, Caio Prado Júnior, denominou esse período decisivo como sendo de “Revolução da Independência”, conceituação dialetizada e aprofundada por outro importante estudioso do período, José Honório Rodrigues, que definiu essa fase crucial de nossa história como de revolução e também de contra-revolução.

⁸ Cf. J. -B. Duroselle, *L'Europe de 1815 à nos jours* (Paris: Puf, 1964), pp. 96-7. Ver também René Rémond, *O século XIX (1815-1914)* (São Paulo: Cultrix, 1976), pp.34-6; Sérgio Corrêa da Costa, *Pedro I e Metternich* (Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952).

Reside aí o nó histórico em que se enreda nossa ambígua contemporaneidade, ou melhor, a dessa formação histórico-cultural abarcada pela idéia de "Brasil". Idéia fundadora ligada à de *nacionalidade* que remanesce no discurso historiográfico-cultural nascente, e persiste em temáticas e visões ora exóticas e pitorescas, ora rebrotando em análises que consideram tal formação "tardia" e desatualizada, ora alimentando projetos político-econômicos que em "nossa cultura" surge como notavelmente promissora, e assim por diante. Naquele contexto, enraízam-se os discursos reformista ilustrado, depois liberal, em seguida liberal-nacional, que irão desembocar na "Questão nacional" a partir da segunda metade do século XIX, já com registro jacobino no último quartel do século. Discurso que se realimenta de tempos em tempos, perpassando os quase dois séculos de nossa independência política. Tal nó aperta quando se constata que a idéia de "Brasil contemporâneo" (ou, na interpretação de Florestan Fernandes, a "Idade Moderna do Brasil") cristalizara-se já encravada no sistema mundial de dependências da época, com uma elite que se educara no fino trato com os interesses europeus aqui implantados. No ápice desse processo, já na segunda metade do século, afirmar-se-iam algumas das melhores cabeças do país, desde Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e o senador Souza Dantas, os dois últimos conhecidos como "os nossos ingleses".

Em conclusão, entende-se por que "esse processo histórico-social que vinculou o destino da nação emergente ao neocolonialismo provocou conseqüências de enorme monta para a estruturação e a evolução do capitalismo dentro do país", segundo Florestan Fernandes. A essa "estrutura neocolonial de predizíveis e inevitáveis conseqüências sociais", segundo expressão de Stanley e Barbara Stein, corresponderia um conjunto de formulações que poderiam ser enfeixadas sob o rótulo de pensamento "liberal". Nos quadros desse novo colonialismo criado pelo imperialismo, essa ideologia por assim dizer liberal cumpriria papel importante ao abrandar as relações de dominação do *Ancien Régime* geradas no período colonial. O liberalismo, nessa perspectiva, não seria uma idéia fora do lugar; ao contrário, consolidou-se como eficiente "disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência, para racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista".⁹

Numa visão do conjunto, importa notar que, nessa sociedade em que se reforçou o senhoriato escravista e se entranhou a ideologia cultural do escravismo, criaram-se mecanismos e *mores* que definiriam e encaminhariam no plano propriamente político a longa história de conflitos, sobretudo os do Período Regencial (1831-1840), com desdobramentos, conciliações e reformas que se prolongariam por todo o século, com a vitória permanente da contra-revolução preventiva e fortalecimento do Estado.

⁹ Florestan Fernandes, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento (Rio de Janeiro: Zahar, 1968), pp. 10-4;* Stanley e Barbara Stein, *A herança colonial da América Latina (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970), p.114.*

No plano ideológico, a formação dessa idéia de Brasil teve desdobramentos mais complexos, com a vitória do pensamento conservador. Os estudos clássicos do historiador Jacques Godechot permitem compreender que, no plano ideológico, o resultado foi, nessa perspectiva, o enraizamento histórico-social da doutrina e da ação conservadora da contra-revolução francesa ao longo de século XIX – ou, quando menos, de suas vertentes ideológicas mais brandas, de Siéyès a Chateaubriand e Madame de Staël, ou, quando mais “avançadas”, de Benjamim Constant. Daí entender-se por que um liberal como Evaristo – defensor da liberdade constitucional, do sistema representativo e da liberdade de imprensa – proclamava no seu jornal *Aurora Fluminense*: “Faça tudo quanto é preciso, mas evite a revolução”.

A força dessa ideologia mobilizadora da improvável “paz no Segundo Império” foi suavizada, além das boas maneiras do imperador-sábio Pedro II, pela ideologia regressista de liberais como Bernardo de Vasconcelos (“Fui liberal”), que seria combatida depois pela melhor tradição historiográfica por assim dizer radical, de Capistrano de Abreu a Florestan Fernandes. Linhagens de pensamento assemelhadas às que em Cuba desaguariam nas posições de José Martí e, no Peru, em José Carlos Mariátegui, ou ainda, nos projetos dos teóricos e educadores da Revolução Mexicana de 1910. E essa temática torna-se atual nesta passagem de século, de vez que aquela visão conservadora, travestida em teoria da História, sob nova linguagem, volta a enternecer a nova historiografia pós-moderna, esquecida talvez das duras recomendações político-sociais que o pitoresco Bragança escreveu para sua sucessora, a princesa Isabel, esposa do conde francês D’Eu, o vencedor da guerra contra o Paraguai.

Tal idéia conservadora de Brasil, fundadora do quadro político-ideológico que seria dominante entre 18274 e 1889, instalou-se no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, abrigou-se nas teorias de Varnhagen e alimentou o substrato ideológico da contra-revolução vencedora. Fixava-se, nessa vertente e desse modo, o conceito de nação. No plano político-institucional, à contra-revolução vencedora correspondeu a metodologia da conciliação a partir de meados do século XIX, somente alterada com o movimento republicano. Alterada, mas não apagada completamente, pois na história das formas de pensamento, de tudo fica um pouco; em áreas de passado colonial, fica muito.

Com a guerra contra o Paraguai, a retomada do movimento republicano, a abolição da escravidão, a Proclamação da República e a repressão a Canudos encerra-se uma certa visão de Brasil: assiste-se ao *tournant* decisivo, com a descoberta de um *outro* Brasil pelo republicano radical Euclides da Cunha (1866-1909). *Os sertões*, obra publicada em 1902,

10 *Lia-se, nas principais cidades do Brasil.*

No Rio de Janeiro, sede da monarquia tropical, em 1821, o Diário do Rio de Janeiro anunciava a venda de livros em oito lojas.

Havia intensa atividade de leiloeiros (em geral, ingleses), o principal dos quais era Jorge Dodsworth, correspondente comercial de Hipólito José da Costa, com escritório na rua da Alfândega, que anunciava a chegada de números do Correio Brasiliense em navios que vinham de Liverpool. Após 1822 e a

Constituinte, o número de leitores aumentou. Em 1823, Evaristo vendia em sua loja de livros, por exemplo, o Cours de politique constitutionnelle, em 8 volumes, de Constant, e várias obras de Bentham.

Evaristo (pseudônimo arcádico, de poeta aliás medíocre: Alcino) era leitor, além de Constant e Bentham, de Ricardo, Say, Sismondi, Foy, Blackstone. Em 1827, ele vendia obras de Say, Sismondi, Ganilh, Broussais, Racine e Voltaire, e livros sobre os Estados Unidos e sobre o México. Para uma visão mais ampla do tema, ver Marisa Lajolo e Regina Zilberman, A formação da leitura no Brasil (São Paulo: Ática, 1996).

11 O estudo mais recente e crítico sobre essa visão é o de Karen M. Lisboa, A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820) (São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997). Uma nova edição de À margem da História, prefaciada por Miguel Reale, foi publicada pela Livraria Martins Fontes em 1999 (Coleção Temas Brasileiros).

12 John Armitage, História do Brasil (São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1981). Com nota de Eugênio Egas, em que discute a autoria da obra, da tradução, e comenta a vida de Armitage. O conhecido texto de Carl Friedrich Phillip von Martius foi publicado na RHIGB, Rio de Janeiro, janeiro de 1845, n.24.

13 Cf. Pedro Dutra, Literatura jurídica no Império (Rio de Janeiro: Topbooks, 1992), prefácio de Miguel Reale; ver especialmente capítulo V, "Dos cursos jurídicos ao Código Comercial, 1827-1850".

14 Para a compreensão do período, ver Immanuel Wallerstein, The modern world-system III. The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840s (Nova York: Academic Press, 1989). E também Alan Manchester, British Pre-eminence in Brasil (Nova York: Octagon Books, 1964); tradução em português, José Almada, A Aliança inglesa. Subsídios para seu estudo. 2 volumes (Lisboa: Imprensa

ao revelar indiretamente as mazelas da república, também procedia ao julgamento da monarquia e do legado colonial, abrindo um novo período de crítica para a construção da nova História das Mentalidades no Brasil. Em nossa perspectiva, entretanto, o estudo insuplantado de Euclides, "Da Independência à República (esboço político)", publicado em 1900 e incluído em seu livro *À margem da História*, pode ser considerado o sinalizador de uma nova era nos estudos históricos, por sintetizar todo o século XIX. Apesar de seu tempero comtiano ("o mais robusto pensador do século"), a teoria da História do Brasil – com sua correspondente periodização – condensada nessa síntese antológica constitui a matriz da qual partiriam os estudos posteriores de Caio, Manuel Bonfim, José Honório Rodrigues, Florestan e mesmo Raymundo Faoro (para citarmos alguns clássicos do pensamento radical no Brasil): "Somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política [...]".¹⁰

Em síntese, uma consistente *idéia* de Brasil se consolidara por volta dos anos 1840-50. A partir de fora, porém com viva elaboração interna, plasmou-se, desde 1831 até 1850, uma certa ideologia do "caráter nacional" brasileiro. E também de um certo modo de se contar nossa história, pois nesse momento despontaram historiadores como Solano Constâncio e Abreu e Lima, em cujos compêndios se fabricava, se instituía e se estabilizava, com sinais diferentes, uma outra visão "nacional" da História do Brasil, menos conservadora, europeizante e colonialista que a de Martius ou Varnhagen.¹¹

O país tomava forma sob a preeminência inglesa. Inserido naquele contexto econômico-cultural, a obra de John Armitage, não por acaso inglês, numa visão atualizada e crítica, indicava em 1836 o nascimento de uma nação, tendo por balizas cronológicas 1808 e 1831. Como escrevia ele na introdução de seu livro: "É possível que a história contemporânea possa, em alguns casos, ser escrita com mais acerto por um estrangeiro".

Curioso tal comentário, quando se observa que aquela por muitos considerada a primeira história "nacional" tenha sido escrita justamente por ele, um inglês; e o método de se escrever "nossa" história, definido por um alemão, von Martius, em seu imperativo e categórico "Como se deve escrever a história do Brasil".¹²

Nessa altura, também no mundo jurídico, dando novo contorno ao Estado e normas à sociedade nacional, começavam a avultar as figuras de Cairu, de Antônio Carlos de Andrada, José Clemente Pereira, Alves Branco, Carneiro de Campos e, sobretudo, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, o principal autor do Código Criminal de 1830.¹³

A nova imagem de Brasil toma vulto e se adensa na confluência de dois processos distintos. O primeiro, de *internacionalização* abrupta do mundo luso-brasileiro, ocorrido a partir de 1807-1808, quando se deu a famosa inversão colonial. A metrópole portuguesa, invadida por tropas de Napoleão Bonaparte, assistira à transmigração da família real, da corte portuguesa e do numeroso contingente de altos e médios funcionários para o Rio de Janeiro, escoltados pela armada inglesa. Foi um impacto tremendo, estancando-se o lento processo de emancipação que se delineara desde o último quartel do século anterior.

A tutela da Inglaterra, potência em fase de acelerada revolução industrial, de afirmação na política europeia e mundial e de construção de seu império informal garantiria, não somente a preeminência de seus interesses ao longo do período da formação nacional como, após 1815, e já no contexto da Restauração, a monitoração e auditoria da vigilante e conservadora Santa Aliança nos negócios brasileiros.¹⁴

A Inglaterra exercia assim um duplo papel: era inovadora no tocante a relações de produção (contra o tráfico e o regime escravista) mas, ao mesmo tempo, funcionava como peça-chave desse braço diplomático da contra-revolução europeia. Tais ambigüidades estarão na base da formação de uma certa linhagem de intelectuais prestigiosos e anglicizados, a um só tempo antiescravistas e conservadores, dentre eles Machado e Nabuco, com reverberações na obra de Gilberto Freire. "Nabuquismo", aliás, seria um designativo desse tipo de comportamento ideológico e político-cultural, uma certa maneira esteticizada de olhar o mundo social brasileiro, a partir da varanda.

Assim colocado entre dois fogos, o Brasil, onde já vinham se manifestando sentimentos e propostas de autonomização desde o século anterior, mudou abruptamente de *status*, se internacionalizando e ocupando lugar de destaque no Atlântico Sul. Apesar das controvérsias sobre o ritmo do processo de emancipação em curso, sobretudo no tocante à abolição da escravatura, a chegada dos Braganças e sua corte trouxe novos elementos para a discussão dos projetos de emancipação. A presença de viajantes, comerciantes, cientistas (ou naturalistas, na expressão da época), espiões, aventureiros e artistas estrangeiros – com freqüência exercendo combinadamente mais de um desses papéis – dá conta dessa internacionalização que agrava o teor pré-revolucionário de vida e acelera os acontecimentos que abrem a fase brilhante de fundação da História propriamente nacional.

No transcorrer desse processo de internacionalização é que se adensa o sentido e se define o *momentum* de nossa fundação. Entretanto, nesta caracterização de uma identidade propriamente nacional, quando se forjam as matrizes de pensamento referidas por Marc Ferro, torna-se imperioso não se confundirem as diferentes temporalidades, tempo do mito e tempo da história, “notadamente quando se trata do problema das origens”.¹⁵

O segundo processo, menos conjuntural, é o de descolonização em que se enredara o Império português, processo aprofundado a partir da insurreição nordestina de 1817. Nessa perspectiva, a chamada Revolução Pernambucana de 6 de março constitui, diversamente do peso que comumente se atribui às conjurações do século anterior, o ponto de não-retorno e de aceleração do processo de descolonização que conduziu à Independência e à abdicção de Pedro I em 1831, quando se consolidou o Estado nacional. Nesse processo, com os desdobramentos no período regencial, forjaram-se as matrizes histórico-institucionais e culturais do Brasil contemporâneo.¹⁶

Examinado na longa duração, tal processo já se vislumbrava na crise abrangente do antigo sistema colonial, iniciada na última quadra do século anterior. Crise perceptível, como se sabe, em vários níveis e dimensões, e que atingiu o mundo luso-brasileiro quando nele ainda tentavam suas elites ilustradas superar o descompasso histórico detectado anteriormente pelo marquês de Pombal, atraso nunca recuperado. Não por acaso trechos da obra do abade Raynal (1713-1796), a *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, publicados em 1770, eram sabidos de cor em Minas Gerais por inconfidentes. O abade Raynal indicava a desproporção nas relações entre metrópole e colônia, em favor desta, apontando caminhos para que “os portugueses que moram no Brasil ousem libertar-se de sua tirania”:

*Talvez os próprios preconceitos dos quais estão imbuídos, por uma educação viciosa e monástica, sejam muito antigos em seus espíritos para serem arrancados. A luz parece estar reservada às gerações seguintes. Pode-se apressar esta revolução determinando os grandes proprietários a educar seus filhos na Europa, reformando e aperfeiçoando a instituição pública em Portugal [...] É possível acostumar os jovens a estimar sua razão ou a desprezá-la, fazer uso dela ou negligenciá-la [...] A história dessa colônia não será mais sua sátira.*¹⁷

A descolonização, processo no qual se afirmaram novas lideranças nativistas, ocorreria entretanto no sentido da integração do complexo luso-brasileiro ao novo sistema mundial de dependências: ensaiou-se primeiramente o equilíbrio paritário sob a fórmula de Reino Unido de Portugal, com o Brasil e o Algarve (1815), logo abalado pelos eventos de 1817 na ex-colônia e na metrópole e já engolfado na crise mundial que conduziu à vaga Revolução de 1820.

¹⁵ Marc Ferro, *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação* (São Paulo: Ibrasa, 1983), pp.13,290 e 292.

¹⁶ *A primeira análise crítica desse processo foi efetuada por Caio Prado Júnior, em 1933, em seu clássico Evolução política do Brasil e outros estudos.*

¹⁷ *O livro nono, denominado O estabelecimento dos portugueses no Brasil, foi publicado em português, no Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/UnB, 1998. Ver pp. 144-155. As vicissitudes e a crise no sistema colonial foram analisadas por Charles R. Boxer em Relações raciais no Império colonial português 1415-1825 (Porto: Afrontamento, 1988) (1. ed., em 1963, pela Oxford University Press) e O império marítimo português (1415-1825) (Lisboa: Edições 70, s.d.) (o original, em inglês, é de 1969); Fernando ^a Novais, “O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial”, em C. G. Mota (org.), Brasil em Perspectiva (São Paulo: Difel, 1968), e Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808) (2. Ed., São Paulo: Hucitec, 1983). Para o estudo de algumas raízes históricas do nativismo, veja-se Evaldo Cabral de Mello, Rubro veio: o imaginário da revolução pernambucana (2. Ed. Revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997), sobretudo os capítulos “Inventário da memória” e “A cultura histórica do nativismo”.*

Da turbulência desse período, e seus rebatimentos no mundo luso-brasileiro, nos dá conta um viajante-comerciante como o francês L. F. Tollenare, que aqui esteve naqueles anos, descrevendo esse contexto específico com riqueza de detalhes. Suas apreensões conservadoras, banhadas na ideologia da Restauração, aumentavam quando vislumbrava o perigo de uma eclosão revolucionária de vulto no Brasil (“mais um pouco e teríamos visto aqui os *sans-culottes*”). Ao ressaltar a acirrada competição por mercado nos portos brasileiros, travada entre comerciantes franceses e ingleses, deixava ele entrever por que estes últimos quase sempre levavam vantagem ao oferecer produtos industrializados e serviços a preço menor, pontas de lança que eram da Revolução Industrial. Como se nota, vivia-se, também no Brasil, o dealbar de uma disputa de potências européias por mercados mundiais e “zonas de influência” em partilhas que iriam se estender até as primeiras décadas do século XX.

Em 1817, o sistema luso-brasileiro trepida nos dois lados do Atlântico. Com efeito, o levante nacionalista de Gomes Freire de Andrade em Portugal naquele ano, bem como a grande insurreição do Nordeste brasileiro, sugerem a profundidade da crise que antecede e anuncia a revolução liberal de 1820 em Portugal e a independência nacional do Brasil em 1822. Índícios de encontros em Londres de Gomes Freire e do líder brasileiro Domingos José Martins (além do venezuelano Miranda, ex-combatente na Revolução Francesa) são eloqüentes o bastante para sinalizar as articulações atlânticas naquela conjuntura pré-revolucionária. Articulações que terão aliás desdobramentos significativos, pois alguns revolucionários derrotados e feitos prisioneiros em 1817, gente com ótimo currículo e proveniente de diferentes regiões da ex-colônia, três anos depois sairão diretamente do cárcere baiano (o célebre “Ateneu”, de onde acompanhavam os acontecimentos do mundo e estudavam) já eleitos deputados para representar o Brasil nas Cortes Constituintes em Lisboa. O “Ateneu”, remanescência de 1817, terá sido o primeiro embrião de uma escola de pensamento propriamente nacional de altíssima qualidade, tendo os revolucionários presos chegado a discutir até mesmo o conceito de classe social, para analisarem o momento vivido.¹⁸

¹⁸ Tal discussão aparece em “Um episódio da história da Revolução de 1817 na Província de Pernambuco, passado entre os prezos d`Estado na cadeia da Bahia”, que analisamos em “Novos usos de velhas palavras: a noção de classe”, no capítulo “As formas de pensamento revolucionárias”, em Nordeste 1817. Estruturas e argumentos (São Paulo: Perspectiva, 1972). Ver também de István Jancsó, Na Bahia, contra o Império. História do ensaio de sedição de 1798 (São Paulo: Hucitec/ Edufba, 1996); e Carlos Guilherme Mota, Atitudes de inovação no Brasil (Lisboa: Horizonte, 1970), prefácio de Vitorino Magalhães Godinho.

Aos deputados brasileiros às Cortes Liberais Constituintes de Lisboa terá sido de extrema valia a passagem pela “escola” revolucionária de 1817, completada, após a derrota, nas aulas informais no cárcere de Salvador. Foi uma experiência *pré-nacional*. Ao reunir, presos, alguns representantes de províncias distintas, propiciou-lhes o primeiro desafio de uma possível unidade, e o sentido inédito de ruptura. Do mesmo modo, não poderão ser compreendidas as trajetórias de personagens que avultarão na história do Império, como Antônio Carlos ou Muniz Tavares, sem a análise daquele ponto de partida.

19 Vários estudos vêm aprofundando o conhecimento desse período. Além dos livros clássicos de Fernando Piteira Santos, Geografia e economia da Revolução de 1820 (Lisboa: Europa/América, 1961); de José Honório Rodrigues, A Assembléia Constituinte de 1823 (Petrópolis: Vozes, 1974); de Vicente Barretto, A ideologia liberal no processo da Independência do Brasil, 1789-1824 (Brasília: Câmara dos Deputados, 1973); de José Murilo de Carvalho, A construção da ordem (Rio de Janeiro: Campus, 1980); de Manuel Correia de Andrade (org.), Confederação do Equador (Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1988); e de A. Russel-Wood (ed.), From Colony to Nation. Essays on the Independence of Brazil (Baltimore: J. Hopkins Univ. Press, 1973); citem-se, dentre outros, Fernando A. Novais e Carlos Guilherme Mota, A independência política do Brasil (São Paulo: Hucitec, 1996); José Honório Rodrigues, Independência: Revolução e contra-revolução, vol.4, sobre "A liderança nacional" (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975-1976); Maria de Lourdes Viana Lyra, A utopia do poderoso império (Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994); Demétrio Magnoli, O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa do Brasil 1808-1912 (São Paulo: Moderna/Unesp, 1997); Márcia Regina Berbel, A nação como artefato. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-22 (São Paulo: Hucitec, 1999); Cecília Helena de Salles Oliveira, A astúcia liberal, relações de mercados e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820-1824 (Bragança Paulista: Edusp/Ícone Editora, 1999); Iara L. C. Souza, Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831 (São Paulo: Unesp, 1999); e Richard Graham, Clientelismo e política no Brasil do século XIX (Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997). 20 Ver, a propósito, a importante análise de Roderick J. Barman, Brazil. The Forging of a Nation 1798-1852 (Stanford: Stanford University Press, 1988), em que examina as "matrizes da nação" e a formal configuração da Nação-Estado. A curva do processo é estudada passo a passo, desde a crise do sistema colonial até meados do século. Nesse contexto é que se "descobre" a própria Carta de Pero Vaz de Caminha (1817), em que se dá conta do achamento de Cabral em 1500: busca-se e define-se uma "origem" para o Brasil. Nasce uma "história".

No decorrer da Revolução de 1820, no calor dos debates das Cortes Constituintes em Lisboa – momento decisivo na definição de nossa vaga "nacionalidade" e demarcação de diferenças –, vários de nossos deputados saíram fugidos, sob vaias e até pedradas, sendo obrigados a se exilar, rechaçados ao defender os interesses da ex-colônia. Aí se localiza a primeira ruptura séria, em que se explicitaram as contradições efetivas entre metrópole e colônia, mascaradas pela solução de compromisso do Reino Unido.

Esse episódio se insere no rastilho internacional do "despertar das nacionalidades", nos dois lados do Atlântico. Na Constituinte portuguesa se discutiam a representação, a cidadania, o fim do sistema colonial, esclarecendo-se a ambígua consciência nacional nascente, quando se constatou, que, definitivamente, não éramos portugueses.

Freqüentemente abafado ou apagado pela historiografia, esse acontecimento acelera a viragem mental que já se vinha processando: transita-se então, no Brasil, de formas de consciência nativista, difusas e vincadas por localismos, para uma consciência mais ampla, de país independente.¹⁹ Ou para um novo "amalgama", para usarmos um termo-chave, caro ao mineiro José Bonifácio.

"Nação", "pátria", "patriota", Constituição, independência passam a ter um valor, para além de simbólico, prático, nunca antes experimentado nestas partes.²⁰ Naquele contexto, possuía um significado muito específico, aliás percebido por Mazzini, o defensor da unidade italiana, ao definir essa "hora do advento das nações", entidades imaginárias em que se "amalgamavam" valores, símbolos, sensibilidades, usos e costumes próprios, que comporiam o que se denominava *civilização*.

Nos principais centros urbanos brasileiros, aprofundava-se a sensação de abertura para o mundo, de transformação histórica. Afinal, estávamos compaginados, alinhados com a Grécia, a Itália e a Bélgica, num momento em que também a Polônia, a Hungria e a Irlanda buscavam afirmar-se enquanto nações. Demais, as rotas comerciais mantinham contatos, fora do mundo luso-brasileiro, com portos como Barcelona, Baltimore, Bordeaux, Marselha, Liverpool.

A noção revolucionária de "pátria" soava com timbre mais radical e persistente nas ex-colônias, o *patriotismo* passava a se nutrir da pesquisa, reflexão e da reconstrução do passado cultural, histórico e lingüístico. Daí não surpreender que os libertadores – expressão que adquiriu significado próprio, a partir sobretudo da ação de Bolívar, na América espanhola – fossem, em larga medida, intelectuais de sólida formação, como José Bonifácio, Cipriano Barata ou Frei Caneca ou, na América do Norte, os *founding fathers* Benjamin Franklin, Thomas Jefferson e Adams se alinhassem com a intelectualidade mais culta de seu tempo. A época é de reconstrução histórica, de pesquisa: o próprio Patriarca é um estudioso de Camões, cultor da língua nacional e tradutor (inclusive de escritos de Humboldt).

Àquela altura, num contexto de fundação, frações da elite colonial acreditam na possibilidade de se poder acertar o passo da nascente História do Brasil com a História das Nações. Em contrapartida, se adquiria a certeza de que o mundo acompanhava as transformações operadas no Brasil e na América do Sul, e vice-versa. Feri Caneca, em seu pequeno jornal *Tifis Pernambucano*, acompanhava os acontecimentos do México e do Peru. Na Inglaterra, o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, examinava passo a passo a vida brasileira, e da França e dos Estados Unidos chegavam repercussões das ações emancipadoras. Como estudou Jacques Godechot, em Paris, noticiavam acontecimentos do Brasil o *Journal des Débats*, o *Journal du Commerce*, dentre outros, e, na província, o *Journal de Toulouse*, que publicou durante quatro meses notícias do Brasil em que todos os seus números. Já na edição de 1º de junho de 1817, domingo, o órgão parisiense dos “ultras”, *La Quotidienne*, a primeira página inteira é dedicada ao Brasil: enxergou na insurreição, “com muita propriedade, a seqüência americana da revolução que havia transformado a Europa, e portanto colocava franceses e brasileiros em guarda contra seus progressos”. A 5 de junho, compara-se 1817 a 1793, o momento em que a Revolução Francesa se aprofundou:

*As proclamações do governo provisório [de Pernambuco] não contêm senão repetições do estilo de 1793 a respeito do “monstro infernal da realeza”. Os chefes do tumulto são todos homens desprezíveis, verdadeiros anarquistas; o mais conhecido deles é Martinez [Domingos José Martins], falido fraudulento. Ele não tem o talento nem a reputação necessária para desempenhar o papel de um chefe de governo.*²¹

O desafio mais complexo, do ponto de vista metodológico, reside todavia na definição de *matrizes de pensamento*. Como detectar uma *nova forma de pensamento*, uma reflexão ou um texto que revele não a “influência” estrangeira imediata, mas uma certa continuidade de tradições mentais consolidadas? Ou detectar aquelas formas que não são portuguesas, o que é mais difícil, visto que muitas formas de pensamento revolucionárias no Brasil também ocorreram durante a Revolução de 1820. Nesse ângulo, notam-se em vários autores formulações que parecem genuínas e inovadoras, inclusive em lideranças como Vergueiro, Feijó e José Bonifácio, em que pese o fato de ter, este último, permanecido preso à ideologia da Ilustração.²²

²¹ Jacques Godechot, “A independência do Brasil e a revolução do Ocidente”, em Carlos Guilherme Mota (org.), 1822: Dimensões, cit., pp. 33-4.

²² As trajetórias desses personagens, de Cipriano Barata, Lino Coutinho e outros estão sendo analisadas em nosso livro *Idéia de Brasil. Sociedade, educação, cultura e mentalidades (1817-1850) (em preparo)*.

Apesar de muitas importações de idéias e teorias, havia algo original nas falas e teorizações dos “nacionais”, em que se vislumbram *vertentes de pensamento* que se afirmariam ao longo da nascente “História do Brasil”, ou seja, de uma nova maneira de abordar o mundo. Um conjunto de grandes críticos e grandes personagens surgiram naquele momento, expressão da nova configuração social mais urbana e da nova mentalidade reformista, que sofrerá avanços e “regressos” nos anos 30 e 40.

Sabem os historiadores que nem tudo, no mundo das palavras, das representações visuais, das ações pode ser reduzido a determinações sociológicas de classe social. Naquele período, como em qualquer outro, não houve movimentos “puros” de classe, ou “puras” linguagens de classe, adverte o historiador James Epstein, acompanhando a posição de Eric Hobsbawm. Vale notar que Marx, também historiador, dispensava particular atenção a esses períodos de transição em que, apesar da aceleração dos acontecimentos, “coexistiram e se combinaram historicamente estamentos pretéritos e classes futuras”. Ao analisar o período que nos interessa, numa Inglaterra também convulsionada, o professor Epstein indica como as noções de Estado, cidadania, revolução, república, internacionalismo, história, etc. eram utilizadas, revelando nessa abordagem uma “outra” Inglaterra. Fica-se sabendo, por exemplo, que setores do mundo do trabalho inglês, em ebulição desde o início da Revolução Industrial, acompanhavam a América meridional em seu movimento de libertação com discursos, vivas e brindes em tavernas e portos... Com efeito, em 1822, havia na Inglaterra mais atenção ao que acontecia nessas partes do Atlântico Sul, onde se articulava o império “Informal”, do que o leitor seria levado a imaginar. Afinal, idéias de Brasil fervilhavam não somente no gabinete-biblioteca de Robert Southey, o grande historiador e *expert* nesta terra, em que aliás nunca aportou.²³

Nessa perspectiva, a história da expansão européia adquire novo sentido à luz da história das mentalidades. O capitalismo comercial vive no Atlântico redefinições significativas, encontrando-se nessas plagas antenas teóricas nativas, receptoras do Liberalismo. Um dos agentes mais visíveis e citados foi José Maria Lisboa, o futuro visconde de Cairu, que também escreveu uma história do período: ele dentre outros intelectuais, comerciantes, homens de Estado amoldariam, a seu modo, as novas idéias ao lugar. Mas a “civilização ocidental não se espalhou”, notava Florestan Fernandes, “como as águas de um rio que transborda”. Ao saltar de seu leito, ela “se corrompeu, se transformou e por vezes se enriqueceu, convertendo-se numa variante do que deveria ser à luz dos modelos originais”.²⁴

²³ Cf. estudo de James A. Epstein, *Radical Expression. Political Language, Ritual, and Symbol in England, 1790-1850* (Oxford: Oxford University Press, 1994).

²⁴ Florestan Fernandes, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, cit., p. 14.

Naqueles anos de aceleração histórica, se intensificou a dinâmica da vida cotidiana, adquirindo nova dimensão a desprezada “história dos costumes”. A cidade passa a contar: ao sul do equador, não só a nova capital do Império pulsa e chama a atenção do mundo, como os antigos centros, Salvador e Recife, ganham nova respiração.

A história do meio ambiente se amplia com uma plêiade de naturalistas europeus ligados a museus e centros de pesquisa, e a tradição da geo-história ganha novo impulso nesses primeiros momentos do neocolonialismo. O tempo como que encurta, tornando-se noção mais precisa e palpável, com o aprimoramento das técnicas náuticas e das informações, depois com o vapor. Sobressaem-se nesse panorama os eficientes, meticolosos almirantes ingleses da South American Station, em conexão direta com os principais políticos do parlamento inglês, chegando a constituir uma “escola” de excelente formação, com métodos, normas, ritos, projetos, tendo produzido documentação fundamental para o conhecimento do Atlântico e do Pacífico naquele período.²⁵

25 Sobre a potência hegemônica nos mares, a Inglaterra, uma série de estudos tomam boa parte de nossa atenção. Há livros mais antigos, como os de Robert Southey, The British Admirals (Londres, 1833-48) e de Esther Meynell, Letters of the English Seamen, 1587-1808 (Londres, 1910). E uma série de estudos mais recentes, inclusive relativos à citada South American Station, como o de Antony Preston, The History of the Royal Navy (1983), Peter Kemp, History of Royal Navy (Nova York, 1969), Geoffrey Green, The Royal Navy and Anglo-Jewry 1740-1820 (Londres, 1989), William Ward, The Royal Navy and Slavers (Nova York, 1969), Raymond Howell, The Royal Navy and the Slave Trade (Londres, 1987), Christopher Lloyd, The Navy and the Slave Trade (Londres, 1968), Michael A. Lewis, The Navy in Transition 1814-1864 (Londres, 1965), Brian Lavery, Nelson's Navy (1989), Geoffrey Marcus, The Age of Nelson 1793-1815 e The Royal Navy (Nova York, 1971). Para uma reflexão mais atual sobre produção literária e imperialismo, ver o excelente livro de Mary Louise Pratt, Imperial Eyes, de 1992, de Stanford, publicado em português em 1999. “politizaram” o debate.

Ao contrário da noção de tempo, a de espaço se expande, adquirindo outras dimensões nas mentes das pessoas. A geografia torna-se mais precisa, mais científica, nessa época em que o governo central queria conhecer, mapear, controlar o novo território americano. As denominadas *Corografias*, em particular, inauguram uma tradição de estudos geo-históricos, que se afirmam com Aires do Casal e Daniel Pedro Müller, indo desembocar no fim do século e se prolongando no século XX, em interpretações como as de Sílvio Romero, Euclides, Gilberto Freire, Manuel Diegues Júnior. Linhagem da qual o citado Caio Prado Júnior, Manuel Correia de Andrade e Aziz Ab´Sáber fazem parte, atualizadora de uma compreensão de Brasil que deita suas raízes no período da Independência. Do mesmo modo, não estaria indissociada do projeto que José Bonifácio elaborou para a Constituinte de 1823 a criação do Serviço de Proteção ao Índio (1910) pelo coronel Cândido Rondon. Na perspectiva da História das Mentalidades, e, portanto, da longa duração, refaz-se assim o diálogo plurissecular entre o presente e o passado, a História e a Historiografia, a Geografia e a História.

“Redescobrem-se” temas relacionados com o *peso da natureza* nesse novo imaginário. Imaginário em trans-formação, já agora “brasileiro”. Boa parcela das lideranças que fizeram a independência e arquitetaram a nação tinha formação ligada às ciências naturais e aplicadas, conheceram outras terras e centros de pesquisa. Mas não foi somente nesse segmento que ocorreram atitudes de inovação. O novo imaginário se alimenta do impacto da transferência da corte e do prolongado choque cultural provocado por centenas de reinóis que jamais haviam pisado em território americano. Ao “descobrir” o Novo Mundo sem fronteiras, deslocaram posições de mando, provocaram desconfortos, reacenderam antagonismos,

A natureza, a temperatura, os sabores, os cheiros mostravam-se diferentes, agrestes, adocicados. Outros, enfim. Descobria-se que a decantada “adaptação aos trópicos” não se daria assim tão facilmente. Com a escravidão, aprofundara-se o “teor violento da vida”, para usarmos a expressão de John Huizinga. Sem passado nem futuro, distante da Europa desaranjada pelas revoluções e por Napoleão, esses reinóis vivem num mundo colonial convulsionado e atravessado pela insegurança. Mundo precário, tenso, dramático, cheio de moléstias desconhecidas, marcado por violências ancestrais que a fuga da corte apenas agudizava. Além da vergonha nacional configurada pela fuga dos Braganças – vergonha que transborda dramaticamente em diversas memórias e cartas dramáticas –, impôs-se outra, a da tutela inglesa, pouco edificante em termos de brio nacional do “poderoso império”.

Nos trópicos, bem consideradas as coisas, há muito tempo boa parcela da elite ilustrada e liberal já não era portuguesa. Tal fato fora sentido na pele pelo próprio José Bonifácio, uma das personalidades mais prestigiosas do mundo português, ao não ser convidado a vir participar do ministério de João VI no Brasil, pelo simples argumento, nunca explicitado, de que era “brasileiro”. Como ele terá notado – de acordo com seu principal biógrafo, Otávio Tarquínio de Souza – que, ao retornar tardiamente ao Brasil em 1819, seus hábitos, valores e sotaques lusitanos (“sou português castiço”) logo teriam de se adaptar aos modos e modas da ex-colônia tropical. Sua reconversão à terra natal se processou muito rapidamente, e com raiva, de tal forma que chegaria a escrever com ironia extremada:

*O Brasil é uma terra de igualdade. Igualdade no exercício dos direitos, igualdade nas pretensões legais, igualdade perante a justiça, igualdade nos impostos, igualdade no modo de adquirir, possuir e transmitir a propriedade. Não há pois interesses, e privilégios de indivíduos e de classes [...]*²⁶

Em verdade, o pacto consensual Brasil – Portugal já vinha se rompendo, e a questão social atenuava a consciência das elites nativas esclarecidas. Quando José Bonifácio retornara ao Brasil, a terra já entrara no “perigoso rodado que ameaça levar o País ao vórtice da Revolução”, como temia o comerciante inglês John Luccok, em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*.²⁷

Como se enfatizou, o movimento de 1817 fora a primeira e mais radical revolução anticolonialista no mundo luso-afro-brasileiro. Liderada por setores da burguesia comercial nativa, porém internacionalizada, do clero e da administração, essas novas elites dirigentes emergiam na cena política tendo como expoentes o radical Frei Caneca e o inquieto irmão de José Bonifácio, o advogado Antônio Carlos. A revolução trouxe um forte sentido de ruptura e fundação republicana, verdadeira antecâmara do movimento de Independência de 22, abrindo o ciclo de movimentos liberais-constitucionais e nacionais. Movimentos que

²⁶ Cf. *Projetos para o Brasil*, cit., p.189.

²⁷ Cf. “Prefácio”, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (2. Ed., São Paulo: Martins, 1951).

teriam desdobramentos e seqüência em Recife em 1821-22, depois na Confederação do Equador (1824), na expulsão de Pedro I em 1831 e na revolução Praieira (1848). Sempre evocada, a Revolução de 1817, republicanista, movimento em que se colocou a questão da emancipação dos escravos, permaneceria referencial e paradigmática no processo mais amplo de formação do Estado *nacional*. Processo marcado por movimentos insurrecionais que ocupariam toda a primeira metade do século XIX, desde as revoltas escravas de 1826 e, a mais notável, dos Malês (Bahia, 1835), a Sabinada (Bahia, 1837-38), a Cabanagem (Pará, 1835-40), a Balaiada (Maranhão, 1838-41), até a Liberal (São Paulo-Minas, 1842), a Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-45) e a Revolução Praieira (1848). Interessa aqui frisar que, direta ou indiretamente, muitas lideranças ou ideólogos do Império participaram ou tiveram ancestrais com um pé em 1817, a exemplo de Abreu e Lima (o autor de *O socialismo*, 1855), de José de Alencar, da família Andrada e Silva. Na revolução nordestina de 1817 prefiguram-se também as dificuldades que o Brasil viria a ter, poucos anos depois, em relação à metrópole portuguesa após a Revolução de 1820, liberal e ao mesmo tempo recolonizadora.

Aqui, entretanto, revela-se o busílis. Quando começa essa História, a História do Brasil? Numa abordagem mais ampla, a historiografia mais recente vem cultivando a interpretação do processo de descolonização desde suas origens na Inconfidência Mineira (1789, ou talvez mesmo na Inconfidência de Curvelo, em 1777), até a expulsão do imperador Pedro I (1831), quando o país já dera passos decisivos na consolidação de uma custosa emancipação política. Prefere-se todavia uma outra perspectiva, acompanhando a formação dessa ideologia – vale dizer, de projetos – centrada na construção da nação independente *após* a grande insurreição nordestina. Ideologia nacional nascente que deixa para trás o desenho da “Nova Lusitânia”, depois os sonhos nativistas-localistas dos inconfidentes e, em seguida, as utopias do “poderoso império”, sonhado, entre outros, pelo conde de Linhares, d. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Império sonhado também pelo próprio José Bonifácio que, em 1813, seis anos antes de voltar ao Brasil, manifestava ao conde de Funchal, Domingos Antônio, irmão do conde de Linhares (seu protetor até falecer em 1812), e que seria indicado para substituí-lo no ministério joanino, não desejar morrer como mero desembargador, mas ter no Brasil um “governilho” pequeno e bem organizado para cuidar:

Já estou velho e mal-acostumado para ser sabujo e galopim de ante-salas; mas se me quisessem dar algum governilho subalterno, folgarei muito ir morrer na pátria e viver o resto dos meus dias debaixo do meu natural Senhor [D. João VI], pois sou português castiço. Poderia nele, se me dessem e me deixassem de mãos livres, ir plantar as artes e agricultura européia; pôr em administração regular os bosques; criar pescarias e salgações e experimentar o meu projeto de civilizar cristãos e índios. Peço um governilho; porque detesto o ser desembargador de presente e de futuro. Um pequeno país que me convinha era Santa Catarina, ajuntando-se-lhe os campos vizinhos de Curitiba, para novos estabelecimentos de manteigas, queijos, trigos e farinhas.

Revela-se, nessa permanência da velha idéia de Brasil como “Nova Lusitânia”, a combinação de uma ponta de utopismo arcaico com a visão moderna e ilustrada dos males do mundo colonial. Pensamento brumoso, mas não revolucionário, que amargurava alguns expoentes do reformismo ilustrado no mundo luso-brasileiro, tendo como resultado uma teoria social duramente antiescravista bastante avançada (vale sublinhar), porém reagente às vanguardas mais liberais e republicanistas daquele tempo:

Se já agora pudesse tomar a liberdade de lhe enviar por escrito idéias que me têm ocorrido sobre novas leis regulativas da escravatura inimiga política e amoral mais cruel que tem essa Nova China, se com o tempo e jeito não se procurar curar esse cancro, adeus um dia do Brasil.

Criticando a “Nova China”, a “Nova Guiné do Rio de Janeiro”, Bonifácio propõe “que se removam os obstáculos à indústria, que a razão e a ciência ganhem pés diariamente”. E que não se impeçam “os vôos espontâneos da atividade particular”.²⁸

Como se sabe, o Patriarca, em seu amplo projeto civilizatório, defendeu em diversas ocasiões a educação física e científica, o ensino da agricultura (“deve ser ambulatório”) e a ginástica. Mais ainda, a instrução para as “diversas classes da nação [...] na razão inversa desde a nobreza até a plebe”. Tudo porém dentro de certos limites, “para evitar revoluções”. Pois as fronteiras de sua ideologia eram, como a de muitos de seus contemporâneos, as do reformismo ilustrado.²⁹

²⁸ “Carta ao conde de Funchal”, 1813, em *Projetos para o Brasil, cit.*, pp. 163-72.

²⁹ *A passagem da ideologia reformista ilustrada para a liberal pode ser acompanhada em personagens como o advogado Aragão e Vasconcelos, ou o revolucionário Muniz Tavares; cf. Carlos Guilherme Mota, “As formas de pensamento reformistas”, em Nordeste 1817, cit.*

Quando, nessa óptica, o Brasil se descobre Brasil? Vale refletir a propósito da imagem aparentemente “estabilizada” e harmoniosa de “nossa” História, criada a partir de relatos e projetos, de literatura panfletária e viagens, depois consolidada em grandes interpretações e, em seguida, nas simplificações para manuais de História do Brasil.

Os modos pelos quais se consolidaram essas idéias de “Brasil” na primeira metade do século XIX, difusas porém impregnadas de valores do sistema ideológico configurado naquele período decisivo, ser e não ser no nascente imaginário social nacional (desde a poesia, o ensaio histórico e político e a literatura em geral, até a música, o teatro), permanecem tema essencial para o historiador das mentalidades.

Aprofundemos a questão, perguntando: quando os Brasis se tornam Brasil? Se nos estudos geo-históricos, nos trabalhos sobre fronteiras e mapas a sinalização é clara, quase consensual e aparentemente neutra, no plano das *formas de pensamento* nem tudo é pacífico. Na curva do processo, observa-se como a identidade coletiva foi se desenhando, tomando forma e adquirindo sentido *em oposição* à metrópole, nessa lentíssima, e logo depois acelerada, dialética da colonização. Primeiro, observa-se que a repressão à Inconfidência Mineira, demorada, altamente burocratizada e ritualizada, deu-se contra os *brancos* insurretos ou suspeitos, sendo punido com a morte o mais modesto deles, o quase-branco Tiradentes. Já na repressão aos “pardos alfaiates” baianos, o poder metropolitano contra-revolucionário foi exercido de modo rápido, brutal e exemplar, orientada pelo mesmo ilustrado Rodrigo de Souza Coutinho: foram prontamente liquidados quatro modestos artesãos e muito mais gente perseguida. Em Pernambuco, velha e sofisticada praça internacional onde o *milieu* cultural, econômico e político adensava idéias de revolução, a conspiração dos Suassunas (1801) foi abafada em face da importância e prestígio social dos envolvidos, tendo seqüência nas insurreições de 1817 – ramificadas por todo o Nordeste – e na República de 1824, desdobrando-se pelos anos 30 e 40. Ao longo desse processo, se destacariam agentes de uma vanguarda já nacional-radical, como os conhecidos revolucionários pernambucanos Antônio Pedro Figueiredo (o mulato “Cousin Fusco”, tradutor da *História da filosofia*, de Victor Cousin, era editor da revista *O Progresso*) e Abreu Lima (“o general das massas”), dentre muitos outros.

A datação do início do processo de independência pode não ser nítida, dependendo da vertente historiográfica adotada. Toda periodização pressupõe entretanto uma teoria geral da História. No caso da História do Brasil em formação, ou mais propriamente, no processo de definição de sua própria existência (visto que antes do Primeiro Reinado tal história era um não-ser), a periodização de uma história que se autodenomine *nacional* só pode ter início em 1817, quando se inicia a ruptura. A revolução foi regional, e duramente esmagada, é verdade;

mas deu o sinal para uma série de outras mobilizações regionais – aliás aguardadas – e entrou nas argumentações pró e contra independência, tanto na história concreta das lutas sociais quanto na historiografia. Historiografia que, como se sabe, constitui outro plano não menos importante das lutas sociais, pois mobiliza e desmobiliza memória(s) coletiva(s), e impõe ou informa negociações. Negociações como as que se processaram nas cortes de Lisboa e que terminaram com a ruptura, como se constatou nas intervenções do prestigioso deputado português Borges Carneiro, em 22 de maio de 1822:

Mostre-se ao Brasil que o não queremos avassalar como os antigos déspotas; porém contra os facciosos rebeldes, mostre-se que ainda temos um cão de fila, ou leão tal que, se o soltarmos, há-de trazê-los a obedecer às Cortes, ao Rei e às autoridades constituídas no Brasil por aquelas e por este.³⁰

Mas o 7 de abril de 1831 constitui acontecimento decisivo e nítido: sublinha o fim do processo de ruptura e se consolida a independência política nacional. A perda do poder pelo representante da Casa de Bragança nascido em Portugal e a ascensão de seu filho, já brasileiro e controlado por regentes que participaram das cortes de Lisboa – imperador que será também exilado meio século depois –, sugere que as forças nacionais, apesar de suas diferenças e antagonismos, já possuíam consistência para manter o Estado e a sociedade dentro de regras por elas criadas.

A ex-colônia – primeiro, parte do Reino Unido e, após 1822, nação precariamente independente – define aos poucos sua fisionomia a partir dos conflitos com interesses monopolistas da ex-metrópole, depois nos embates com grupos que, no Brasil, representam o setor mais arcaico do *Ancien Régime* (nomeadamente, os negreiros, que vencerão José Bonifácio, provocando seu exílio em Bordeaux), em seguida nas dificuldades para sua inserção no cenário internacional (monitorado pela Inglaterra) e, finalmente, na harmonização, sempre precária, das disparidades internas. Nessa perspectiva, 1831 representa o ponto de inflexão: marginalizado o poder central, a construção da nova ordem não pode deixar de traduzir a participação das diferentes regiões e interesses em jogo. A partir dos confrontos e negociações de projetos em suas lideranças ilustradas, liberais e conservadoras, o Brasil vai consolidar sua identidade propriamente nacional.

Abandonado finalmente o paradigma das Ordenações Filipinas em 1830, a nação emergente precisará acionar um novo sistema jurídico-político, aliás já esboçado na intolérada Constituinte de 1823 e definido, de cima para baixo, com a outorga da Constituição de 1824, e depois no Ato Adicional de 1834. Para colocá-lo em prática, seria necessário eliminar ou neutralizar as dissidências, exilando Ledo e sua facção, depois José Bonifácio e seu grupo, prender prolongadamente Cipriano Barata e muitos outros, reprimir manifestações

³⁰ *Diário das Cortes, t.6, p.221; citado por Zília Osório de Castro, em Cultura e política. Manuel Borges Carneiro e o Vintismo (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1990).*

separatistas (como a avançada e republicanista Confederação do Equador, 1824, pró-americana) e apaziguar os interesses envolvidos na região do Prata. Coroando o processo, e não menos importante, tornou-se imperioso agenciar um custoso reconhecimento diplomático internacional, articulado por José Bonifácio e mal administrado pelos sucessores, sobretudo em face da manutenção do regime escravista, abominado pelo Andrada.

Da Constituinte de 1823, de caráter muito avançado para o tempo, e por essa razão abortada, à consolidação do reinado, as forças progressistas, exiladas ou anuladas paulatinamente, acabaram por ser chamadas de volta. O contexto social, político e mesmo cultural, porém, já se alterara substancialmente, no sentido de se criarem condições para uma visão de mundo mais urbana e internacionalizada. Lideranças das camadas médias urbanas já atuam no cenário, educadas nesse universo de sobrados e mucambos que dariam o tom à vida nacional no século XIX e parte do XX.

Visto o Brasil em conjunto na primeira metade do Dezenove, chama a atenção o observador a disparidade entre o colorido, vivacidade e a qualidade das informações da grande maioria de viajantes, naturalistas e artistas que aportaram à ex-colônia, o que se comprova nos registros, desenhos, memórias que deixaram, e a opacidade das narrativas já dos meados do século XIX, que traduziam a mediocrização da vida comum. Com efeito, nos anos 20 e 30 daquela centúria difundiu-se pelas elites a sensação de participarem de um momento fundador e de descobertas. Não só as crônicas de viajantes e panfletos, o periodismo, mas o próprio Pedro I, exilado, revelaria algum brilho em suas viagens, recepções e desfiles em Londres e Paris, cuidando, defensor do constitucionalismo, de organizar a reação a seu irmão absolutista Miguel, garantindo-se um lugar liberal no panteão português.

Não terá sido por acaso que, exatamente um século depois, após a Semana de 22, a crise de 29 e a Revolução de 1930, quando a nacionalidade é revista, um grupo-geração de intelectuais brilhantes, netos dessas elites oligarquizadas ao longo do século XIX, irão procurar novas interpretações do Brasil, remapeando, reeditando, traduzindo, revirando bibliotecas européias em busca de originais e do riquíssimo material deixado por aqueles personagens que certificaram o nascimento de uma nação. Não por acaso esses redescobridores do Brasil das primeiras décadas do século XX buscaram, para a feitura de suas obras, tornadas "clássicas", a informação principal naquele período decisivo. Ou seja, buscando "nossas raízes", "nossa formação", reelaboravam, com o registro do novo tempo, a problemática da "nacionalidade".

Ora, os extremos se tocam, e estes, tocando-se, fechavam o círculo dentro do qual se passavam os terríveis combates das citações, provarás, razões principais e finais, e todos esses trejeitos judiciais que se chamava o processo.

Manuel Antônio de Almeida
Memórias de um Sargento de Milícias, 1852

Em meados do século XIX, uma certa imagem do “tipo brasileiro” já estava consolidada, como se constata em obras como *A moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo, ou nas *Memórias de um sargento de milícias* (1852), de Manuel Antônio de Almeida. Muitos estrangeiros, novos viajantes como os norte-americanos missionários protestantes Kidder e Fletcher, autores de *Brazil and the Brazilians* (1857), também fixariam os traços da sociedade que se formava nestas partes da América do Sul.

Antes, porém, já em 1836, Gonçalves de Magalhães escrevera seu famoso *Discurso sobre a história da literatura brasileira*, indicando uma maneira de se pensar, no Brasil, o Brasil. É fato consabido que nada mais definitivo há do que a produção literária para sublinhar uma identidade, quanto mais se tratando de uma reflexão histórica sobre essa literatura. Vale lembrar que, naquele mesmo ano de 1836, um olhar externo também assinalava a construção de uma identidade brasileira, pois, como vimos, surgia em Londres a famosa *History of Brazil*, do já citado amigo de Evaristo da Veiga, John Armitage. Aquele texto, considerado a primeira obra que dava conta do Brasil contemporâneo, não por acaso fora escrita por um inglês: tão grande era a proximidade entre os dois que se acreditou, durante muito tempo, ter sido elaborada pelo próprio Evaristo, ou seja, marcada por um olhar nacional...

Na primeira metade do século XIX, o movimento geral das idéias vinculava-se à formação dos novos Estados-nação e da expansão imperialista. No plano do saber institucionalizado, firma-se os estudos históricos e lingüísticos, depois a sociologia, a biologia e a antropologia. As revoluções burguesas de 1820, 1830 e 1848, mais os impulsos do capitalismo industrial nascente, mobilizaram contingentes de pesquisadores, artistas e escritores, homens de negócios, indicando o sentido geral da construção da contemporaneidade.

A tônica, dada pelo romantismo, não abandonaria a problemática da independência, antes reforçava-a, com os temas do nativismo agora revestidos e adensados por forte sentimento patriótico. Cria-se, como analisou Antonio Candido, “uma literatura *independente, diversa*, não apenas uma *literatura*, de vez que, aparecendo o classicismo como manifestação do passado colonial, o nacionalismo literário e a busca de modelos novos, nem clássicos nem portugueses, davam um sentimento de libertação relativamente à mãe-pátria”. Observando-se o perfil dos formadores da nacionalidade, nota-se, ainda nas palavras do autor da *Formação da literatura brasileira*, a passagem do “tipo-ideal do intelectual esclarecedor, reformista ilustrado e universalizante para o do intelectual particularista alinhado na tarefa patriótica na construção nacional”.³¹ Até o ex-liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos chegaria a dizer ter-se tornado “bárbaro” a partir dos estudos na Universidade de Coimbra, vendo-se obrigado a esquecer o que lá aprendeu para pensar o Brasil...

Nesse processo, o patriarca da independência, José Bonifácio, o velho árcade Américo Elísio, aprisionado nos quadros mentais do classicismo, ficaria marginalizado das novas tendências dominantes de seu tempo. Ele e seus admiradores viam-se obrigados a ceder passo ao movimento de jovens que, com foco em Paris entre 1833 e 1836, estimulados pela liberdade de expressão pregada por seu inimigo Evaristo da Veiga e adeptos, adquiriam consciência da necessidade de promoção de uma literatura autônoma. Liderados por Gonçalves de Magalhães, e a despeito de serem muito marcados pela “Madama” de Staël e outros, adotavam teses que repudiavam a imitação, como se verifica nas conclusões do famoso *Discurso sobre a história da literatura do Brasil* (1836):

*Como não estudamos a história só com o único fito de conhecer o passado, mas sim com o fim de tirar úteis lições para o presente, assim no estudo do que chamamos modelos não nos devemos limitar à sua reprodução imitativa.*³²

Liderados por Gonçalves de Magalhães, participavam desse grupo de Paris Francisco de Salles Torres Homem, Manuel de Araújo Porto-Alegre, João Manuel Pereira da Silva, com o projeto de articular “no plano da arte o que fora a Independência na vida política e social”.³³ Tal grupo integrava-se nas correntes do romantismo e do nacionalismo da época, militando na literatura, na política e cultivando os estudos históricos. Na França mantinha contatos diretos e indiretos com Ferdinand Denis, e com uma “colônia” de gente franco-brasileira, ex-estudantes, políticos, negociantes, livreiros. No Brasil, com Januário da Cunha Barbosa, o ex-editor do famoso *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-22), o mais combatente da independência e do *Diário Fluminense* (1830-31). E suas relações se estendiam a Portugal, de vez que, desse grupo, Porto-Alegre tivera contato com o português Almeida Garret em 1832, introduzindo suas idéias a Magalhães, chegando no ano seguinte a Paris, o que talvez explique a rápida e entusiasmada adesão deste ao romantismo.

³¹ Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira* (São Paulo: Martins, 1964), vol. II, p.11.

³² Gonçalves de Magalhães, *Discurso sobre a história da literatura do Brasil* (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994), p.50.

³³ Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, cit., p. 12.

Este grupo, por sua vez, seguia com admiração a atividade jornalística de Evaristo da veiga que, com suas maneiras pequeno-burguesas, lutava pela expressão de um país livre, empostando a voz das camadas médias urbanas emergentes. Desse modo, na busca do *nacional* idealizado, elaborava-se uma nova linguagem, no diapasão de tempo, embora - diga-se - um tanto inspirados por Chateaubriand, Madame de Staël e Garret...Pois, como concluía Magalhães em seu célebre *Discurso*, "mais vale um vôo arrojado deste gênio, que a marcha reflectida e regular da servil imitação".³⁴

VI

Mas a expressão mais forte e sistemática dessa consciência histórica e identidade nacional formulava-se na *produção historiográfica*. Como e quando nasce tal identidade? Aqui nos deparamos com a questão central em nosso excuro: descrever e narrar, escrever diários, memórias, ficção e, por outro lado, produzir histórias não é a mesma coisa.

Nessa perspectiva, a consciência de nação somente se consolidaria plenamente quando se conseguiu elaborar uma história própria. "Brasil", tema de História das Mentalidades, aparece sob variadas formas, apresentando-se de modo variado no quadro geral das representações mentais do período. Em inúmeras obras de autores estrangeiros surpreende-se a existência - ou, quando menos, esboços - de formulação e interpretação histórica sobre o que se vinha a ser o "Brasil", para além dos registros, da ficção, de anuários e cronologias. Os ingleses, dentre os quais o referido Armitage talvez seja o mais importante, deixaram textos históricos de maior valor por revelarem a compreensão de História *enquanto processo*, inaugurando uma nova fase de conhecimentos sobre o Brasil.

Todavia, uma *consciência propriamente nacional*, brasileira, somente pode ser captada na *historiografia que se define no fim dos anos 30 e início dos anos 40*. É ela que nos interessa nesse passo, permitindo fixar novos marcos na História da Historiografia no Brasil, obrigando-nos em conseqüência a repensar a história das ideologias e mentalidades no Brasil do século XIX.

Nessa perspectiva, dois livros tornam-se desde logo fundamentais. A nosso ver, revelam perspectiva mais avançada e estimulante que os de Varnhagem, dentre outros: a *História do Brasil*, de Francisco Solano Constâncio, e o conhecido *Compêndio da história do Brasil*, escrito pelo general José Inácio de Abreu e Lima, o "general das massas". Têm-se, neles, dois marcos que indicam a abertura de um novo período na história do autoconhecimento, ou melhor, da definição de uma identidade histórica propriamente nacional. Tais livros aparecem num contexto em que a vida do país atravessava fase de grandes convulsões. Vale notar que Constâncio e Abreu Lima são contemporâneos de Feijó, do Cousin Fusco, do barão de Caxias.

³⁴ Gonçalves de Magalhães, *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, cit., p. 51.

Esses dois historiadores são também contemporâneos da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e viveram no clima político da declaração da maioridade de Pedro II. Ao localizá-los no contexto da época, não se deve ainda perder de vista o fato de estarem já em funcionamento, havia dez anos, as faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda. Formavam-se as novas elites nacionais, dando-se novo impulso à intensa atividade jornalística já existente, na qual se destacavam figuras como Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos, lideranças que tanto aborreceram Pedro I, chegando a apeá-lo do poder.

O ambiente conturbado do país pode ser aprendido em observações do livro de Solano Constâncio, em que menciona desde "attentados contra diversas pessoas, e até contra mulheres solteiras e casadas", até "expedições nocturnas das quais o próprio imperador participou mascarado e com dois valentões", numa delas levando a pior, pois "quando as luzes se apagaram ele recebeu uma forte contusão na testa". Nada obstante, para além dessas "*petites histoires*", a *História do Brasil* de Francisco Solano Constâncio surpreende por sua qualidade de interpretação e argumentação consistente.

Difícil entender-se como sua obra, nos estudos historiográficos, ficou à sombra durante tantos anos. Solano Constâncio, médico, foi membro das Sociedades de Medicina e de História Natural de Edimburgo, Lineana de Nova York e Paris e, ainda, autor do *Dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa*. Sua obra em dois volumes, com quase 500 páginas, apareceu em 1839 editada em Paris pela Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud.³⁵

A obra apresenta, na introdução, um diagnóstico do Brasil em 1831, com cerca de 60 páginas, abrangendo desde aspectos geográficos até informações sobre clima, fósseis, reino mineral, população, escravidão, longevidade, doenças, etc. O resto é História. No primeiro volume, trata desde o descobrimento até a expulsão "completa" dos holandeses do Brasil, em 1654. O tomo II abarca da morte de d. João IV e regência da rainha d. Luísa às primeiras expedições para descobrir mina (1674-75) até a abdicação de 1831. Seguindo de perto os acontecimentos, apresentando relato ano por ano dentro de uma linha "analytica e chronológica" rigorosa, Solano Constâncio organiza uma interpretação que revela por inteiro sua teoria da independência.

Constâncio julga que o limite natural da presente história deveria ser a separação definitiva do Brasil (já com *s*, note-se), quando foi reconhecida sua independência pela Coroa de Portugal, começando-se então "uma nova época":

*Mas pareceo-nos acertado reservar para remate a Revolução que obrigou o Imperador D. Pedro a descer de um throno onde, tão pouco tempo havia, o tinha levado o voto geral dos Brasileiros, e do qual aagora sem que hum só indivíduo compadecesse de sua sorte.*³⁶

³⁵ No Quai Voltaire, nº 11, tendo sido impressa pela famosa Typographie de Casimir, situada na rue de la Vieille-Monnaie, nº 12.

³⁶ Francisco Solano Constâncio, *História do Brasil, cit.*, p. 414.

Após comentar a atuação de Pedro, conclui:

Não tinha talento para meditar e coordenar hum plano, nem perseverança para o seguir com firme resolução. Déspota por inclinação e hábito, criado entre míseros escravos, tyrannicos senhores, e vis cortezãos, o primeiro impulso de D. Pedro foi sempre a violencia, e quando não podia vencer a resistência, então recorria à astúcia [...] Essa contínua instabilidade, quando Brasil carecia de hum bom systema de administração adotado com madurez e seguido com constância, não podia deixar de ter funestos resultados.³⁷

Solano menciona a perseguição de d. Pedro a jornalistas e à liberdade de expressão, e o fato de ter recorrido *in extremis* a José Bonifácio (“De Vossa Magestade nem hum copo d’ água aceitarei”, teria dito o Patriarca). Historiando o insucesso na guerra contra Buenos Aires, critica o desprezo do imperador pela “opinião publica” e o confronto com o ministro da Fazenda, o marquês de Barbacena, que, rejeitado, queria derrubar Pedro do trono. Denuncia, ainda, que Caldeira Brant inseria em jornais republicanos artigos violentos contra o sistema monárquico, “recomendano as instituições da Federação Americana como modelo que se devia imitar”.

Não somente tal interpretação, como também o tipo de narrativa de Solano, deve ter sido muito impactante e convincente, pois pode ser reencontrada, com poucas alterações - a aqui reside a importância da crítica e reconstrução historiográficas -, em outros historiadores que se lhe seguem, repontando, já em meados do século XX, nas interpretações de Otávio Tarquínio de Sousa.

Trata-se, a nosso ver, do *início de uma tradição historiográfica* que merece referência e atenção. Uma maneira inovadora de entender-se o Brasil e se interpretar a História destas partes na perspectiva da descolonização, articulando uma nova periodização em que se enfatiza o processo de independência e a expulsão do imperador, contrapondo-se à visão bragantina e reacionária de Varnhagen.

Já Abreu e Lima é mais citado, embora não haja estudo aprofundado que o situe no contexto da historiografia nascente. Retomando várias teses de seu famoso *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, publicado em 1835, ele termina seu *Compêndio de história do Brasil* em 1841, quatro meses depois da coroação de Pedro II, quando ainda continuava a guerra civil no Rio Grande do Sul.³⁸ E perguntava o “General das Massas”: “Quaes serão os futuros do Brasil?”.³⁹

³⁷ *Ibid.*, p. 415. ³⁷ *Ibid.*, p. 415.

³⁸ Ver o estudo introdutório de Barbosa Lima Sobrinho a *O Socialismo* (2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979).

³⁹ José Inácio de Abreu e Lima, *Compêndio de história do Brasil* (Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1943), p. 304.

Havia, de fato, muita expectativa no ar quanto aos destinos da nação, e Abreu e Lima demarca e periodiza a nova etapa:

Uma nova era começou no dia 18 de julho de 1841, assim como dez annos antes tinha marcado a Providência um deccenio para o nosso purgatório. Se o mau fado nos não persegue mais, como até aqui, podem [os novos tempos se] annunciar como muito lisongeiros debaixo do reinado do SEGUNDO PEDRO.⁴⁰

Embora controverso, pois revela uma certa simpatia por Pedro I e esperanças em Pedro II (a quem o livro é dedicado), Abreu e Lima, lutador da independência e ex-revolucionário internacional (combatera sob o comando de Bolívar), produziu interpretação em geral progressista da História.⁴¹

Seu *Compêndio*, nem sempre bem escrito, revela-se positivo sobretudo quando descreve movimentos de insurreição como os de 1817 e 1824, ou fala do fuzilamento de frei Joaquim Caneca, "homem ameno de variada cultura". Ele enfatiza o papel e a probidade de José Bonifácio, preocupado em fixar e controlar as atitudes do Príncipe Regente, analisando a atuação diplomático-militar do Brasil no Rio da Prata. Ao criticar a atuação desastrosa de Cochrane e Grenfeld no Maranhão, menciona inclusive o trágico episódio em que morreram sufocados 254 insurretos no porão de um navio, acontecimento que bastaria para pôr abaixo a interpretação oficial de uma história harmoniosa e incruenta.

O volume em foco é uma edição abreviada, formato pequeno, dos dois grossos volumes originais, com notas e documentos e sete estampas "muito finas". Trata-se, como os editores informam na abertura, de uma "edição mais adequada para os COLLEGIOS e para toda a Mocidade Brasileira que pelo volumoso não intimidasse os jovens leitores". Uma edição que facilitasse a "profícua instrucção que a Mocidade deve colher sobre a Historia patria, abreviando um pouco a leitura, tornando o livro mais manual"...

Apesar de tratar-se de interpretação cheia de altos e baixos, desigual, elaborada por um homem de ação, ela entretanto se sustenta numa perspectiva nitidamente *nacional*. Por certo Abreu e Lima, general, sempre revelou uma visão hierárquica em suas atitudes, e por isso mesmo apreciava com certa complacência - quando não admiração - a atuação de almirantes e comandantes em suas relações com subordinados. Nesse momento em que a idéia de brasil-nação se afirma em cada embate, ele oferece informações por isso mesmo importantes, inclusive no tocante à Província Cisplatina, a fronteira mais problemática do território nacional. Construía, a seu modo, uma certa idéia desse *todo* nacional.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Sobre o autor, ver José Honório Rodrigues, "José Inácio de Abreu e Lima", em *História e historiadores do Brasil* (São Paulo: Fulgor, 1965) e *Teoria da História do Brasil* (5. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1978), cap. 5, "A periodização na História do Brasil".

Do contraste entre esses autores com Varnhagen ou Pereira da Silva, dois outros marcos da denominada historiografia nacional, constata-se que uma historiografia propriamente nacional mais consistente e mais sofisticada antecedeu a visão "oficial" do Brasil, embora não tenha se transformado em dominante. Mas ela tem altitude se situada no contexto da época, seja relação a congêneres em Portugal, como Almeida Garrett, o autor do importante ensaio sobre revolução e contra-revolução em *Portugal na balança da Europa* (Lisboa, 1830), seja na França de Charles Fourier e de Horace Say (o autor da *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil*, publicada em Paris em 1839). Ou seja ainda, nos Estados Unidos, de William Lloyd Garrison.

Sua qualidade nada desprezível, muito ao contrário, revela a existência de bolsões de produção e reflexão intelectual que devem ser reavaliados, para além da história convencional ou "oficial". No caso de Abreu e Lima, a dedicatória a Pedro II não invalida suas formulações mais duras e independentes ao longo do *Compêndio*, simpática em geral aos revolucionários. Já Varnhagen ficaria conhecido, e criticado, por seu aulicismo militante.

Os estudos e as pesquisas historiográficas vêm recuando no tempo no sentido e no esforço de se rastreamos os fragmentos de textos e relatos que permitam compreender a passagem da crônica e do memorialismo à interpretação histórica compendiada e "estabilizada". Tal passagem, a nosso ver, constitui importante indicador na longa trajetória de colônia a nação.

A construção de uma identidade nacional se dá formulando-se *uma história própria*, inventando-se um passado, um povo, uma interpretação dos conflitos, lutas e ajustamentos. Sobretudo em relação à antiquíssima História de Portugal, cuja identidade se reitera e reconstrói a cada embate, dissolvendo e harmonizando as contradições internas, e incorporando as diferenças ou sedições externas. Nesse sentido, a permanência de dois monarcas da família dos Braganças à frente do Estado independente amorteceu o caráter revolucionário da descolonização. Deu-se, a partir do conflito colônia-metrópole, uma intensa e prolongada "negociação" de sentidos, de interpretações, para se acertar uma visão histórica "equilibrada" do passado com o presente. Visão que, no caso vertente, não poderia ser só de lutas, de vez que os Braganças continuavam no poder, pois, como se sabe, houve até perigo de um retorno de Pedro I, fantasma político do qual falava Abreu e Lima. De outra parte, tal história obviamente não era tampouco de quietação, como demonstravam os movimentos e levantes políticos e sociais do período regencial, que se prolongaram pelo Segundo Reinado.

A idéia contemporânea de Brasil se funda quando se consolida na historiografia uma idéia de nação. Nação que, na construção de seu imaginário, teve seu "embrião" na colônia, depois uma origem precisa entre 1817 e 1824, uma guerra (em verdade duas: contra os portugueses de Avilez e Madeira, e a Cisplatina), um lugar de nascimento (no riacho do Ipiranga; depois o "berço esplêndido"), mais os traumas de nascimento, uma família com o avô liberal (d. João VI), um pai jovem e impulsivo (o príncipe d. Pedro), uma mãe austríaca e sábia (d. Leopoldina), um inimigo conspirador na família (d. Miguel, lembrando a velha estória dos irmãos inimigos), um hino com uma letra fantástica, o padrinho velho e sábio José Bonifácio, o Patriarca, que em época de crise volta a ser chamado para cuidar do neto-menino Pedro II. E, completando o quadro, Domitila, a marquesa de Santos, além do amigo boêmio Chalaça. Claro que existem problemas, sobretudo com a tutela estrangeira (inglesa) e com a escravidão (de negros africanos), reforçando o paternalismo duro de Pedro e a "bondade" do avô Andrada...Imaginário que se sustenta com a continuidade bragantina, suavizada com o segundo Pedro, jovem, sábio e – sobretudo – já brasileiro.

O mito de uma história sem rupturas, marcada por supostas continuidades, vem daí. Mas também uma certa maneira de pensar, uma postura, um modo de interpretar o mundo que envolve essa idéia essencialmente cultural que evoca a palavra "Brasil", solta, inteligente e generosa, se considerada na vertente que se desdobra de José Bonifácio a Machado de Assis e Gilberto Freire. Ou rígida e aborrecida, se cultivada na perspectiva de Martius, de Varnhagen e dos ideólogos da contra-revolução, prenes de certezas quando se posicionavam para escrever sobre o Brasil, sabedores (supunham eles e os áulicos do Segundo Reinado) do "*véritable point de vue où doit se placer tout historien du Brésil*".

[...] eu vi com pesar os moderados ao leme da revolução.

Teófilo Otoni

[...] O segundo império foi uma parada. Digamos melhor: uma situação de equilíbrio.

Euclides da Cunha

O Brasil adquirira nova fisionomia. Por volta de meados do século XIX, as pessoas sentiam mais em seu cotidiano o peso do mundo exterior, as ambigüidades da escravidão em contraste com os desafios das inovações que emanavam dos principais centros do capitalismo. As usinas, ao substituírem os velhos engenhos, davam novo tom à vida. O mundo dos sobrados e das cidades, do vapor, das pontes de aço e das ferrovias, dos bacharéis, engenheiros, médicos, escritores e publicistas abria outros horizontes mentais.

Desde 1808, e sobretudo entre 1817 e 1850, viveu-se a maior mudança da história do subcontinente, até então. Primeiro, a chegada da corte, depois as insurreições, instabilidades, Independência, revoluções, conflitos e levantes escravos sob a Regência, demarcando a passagem para uma nova fase. Deixava-se de viver em colônia, mas não se sabia o que era viver em nação independente, na ordem liberal e pesadamente unitária. Nem em cidades cosmopolitas, com escravos. Mas, sobretudo, temia-se a república, e por essa razão os liberais avançados, os "anarquistas", foram aliçados da história.⁴²

Em resposta às insurreições e levantes, a ideologia da contra-revolução logo se instaurou, no esforço de abafar a utopia republicana. Essas formas de pensamento contra-revolucionárias regressivas marcariam indelevelmente a mentalidade nascente da "Democracia coroadada".

Nada obstante, surpreendem-se algumas formulações nas vozes de escritores e ex-participantes das revoluções de 1817, 1822, 1824 e 1831 que permitem detectar essa nova identidade nascente. Trata-se de uma elite liberal, reformista, raramente revolucionária, com vertente mais tipo classe média (retiro esta expressão de Caio Prado Júnior e Paulo Mercadante), de leitores de Constant e Bentham, como era o citado Evaristo da Veiga. Ou, numa vertente mais conservadora, a voz do senador Nicolau Vergueiro, ex-deputado junto às cortes e figura importante na Regência e nos anos 50.

42 O julgamento sobre os rumos que tomou a "revolução" do 7 de abril de 1831 foi feito por Teófilo Otoni: "O 7 de abril foi uma verdadeira journée des dupes. Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e Ratclifes, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra. Secretário do Clube dos Amigos Unidos, iniciado em outras reuniões secretas, que nos dois últimos anos espreitavam somente a ocasião de dar com segurança o grande golpe, eu vi com pesar os moderados ao leme da revolução [...]"; cf. Circular, p. 69, citado por Otávio T. de Sousa em Evaristo da Veiga, cit., p. 99. Sobre a journée, para Euclides da Cunha, "o conceito é falso [...] O que houve foi o caso vulgar das revoluções triunfantes [...] Estávamos como nos grandes dias da Convenção" ("Da Independência à República", em À margem da História, cit., pp. 158 e 162.

Essa transição foi percebida pelo professor e jornalista Justiniano José da Rocha (1812-1862), cujas idéias podem ter o sentido de contraponto e finalização do processo da independência. Carioca, Justiniano José da Rocha estudou no Liceu Henri IV em Paris e se formou em direito em São Paulo. Deputado, fundou os jornais *Atlante*, *Cronista* e, de 1839 a 52, *Brasil*, tendo escrito também uma biografia de Pedro I. Mas ficaria famoso pela autoria do definitivo documento-panfleto *Ação, reação, transação*,⁴³ onde conclui:

O observador que desprevenido confrontar as épocas, verá que em tudo e por tudo os caramurus de 1831 a 1836, e os liberais de 1841 a 1851 desempenharam o mesmo papel, cometeram os mesmos erros, fizeram os mesmos benefícios [...]

O trabalho da reação monárquica foi completo; onde a democracia havia posto um elemento seu, a reação colocou um elemento oposto [...] Sob o pregão do progresso conservador apareceu a época da transação.

A nação estava constituída. Liberais e conservadores assemelhavam-se em sua visão de Brasil e, como se percebe pelo julgamento do jornalista, despontava também a dura crítica a esse estado de coisas. O "progresso conservador" vencera, soldando as diferenças, mas havia a consciência desse processo de desmobilização nacional. O diagnóstico demolidor de Justiniano José da Rocha encerrava um ciclo de reflexões sobre o Brasil.

Justiniano sinalizava o fim de um período, como Euclides documentaria o fim de uma época, meio século depois. Ele, porém, não estava só. A seu lado, do "grupo de Paris", o contemporâneo Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), formado em medicina no Rio e direito em Paris. Sales Torres Homem, antiescravista, escrevera o *Libelo do povo* (sob pseudônimo de "Timandro"), publicação em que, também ele, radical, denunciava a volta do "despotismo imperial" e, com ele, o retorno dos "inimigos da Nacionalidade". No juízo do historiador mineiro Francisco Iglésias, "Timandro, com o *Libelo do povo*, é um dos momentos vivos do jacobinismo nativo, provocado pelos eventos de 1848".⁴⁴

Concluindo, a "estabilidade" do Segundo Reinado e a consolidação de um Estado nacional dependente, nos quadros do neocolonialismo, mal esconderiam tumultos, conflitos, levantes e movimentos revolucionários, como a Cabanada, a Praieira, a Farroupilha, que seriam, cada um a seu tempo, aplastados pelos mecanismos políticos e culturais criados nessa longa história de formação do patronato político brasileiro, detentor da idéia desmobilizadora e sufocante de um Brasil "estável", unido, denso.

⁴³ Rio de Janeiro, 1. Ed. 1855; 2. Ed. 1901.

⁴⁴ Francisco Iglésias, "Vida política, 1848-1868", em Sérgio Buarque de Holanda (org.), História geral da civilização brasileira (5. Ed. São Paulo: Difel, 1985), vol.3, tomo II, p. 14.